

CAROLINA MACHADO FLESCH

**A EXPANSÃO DA CARTEIRA DE CRÉDITO PARA CLIENTES PESSOA
FÍSICA DO BANCO DO BRASIL S.A.**

**Dissertação apresentada à Universidade
Federal do Paraná como requisito
parcial à obtenção do grau de Mestre em
Desenvolvimento Econômico.**

Orientador: Prof. Dr. Fábio Scatolin

CURITIBA

2009

Sinceros agradecimentos aos meus superiores no Banco do Brasil, que apostaram na realização deste Mestrado; ao meu orientador, Professor Fábio Scatolin, por sua dedicação; a Deus, aos meus familiares e amigos, que estiveram presentes, apoiando-me durante o curso; e aos demais envolvidos nesta bela jornada.

Não é o desafio que define quem somos nem o que somos capazes de ser, mas como enfrentamos esse desafio: podemos incendiar as ruínas ou construir, através delas e passo a passo, um caminho que nos leve à liberdade.

Richard Bach

SUMÁRIO

LISTA DE TABELAS	vi
LISTA DE GRÁFICOS	vi
LISTA DE SIGLAS	vii
RESUMO	viii
ABSTRACT	ix
1 INTRODUÇÃO	01
2 REFERENCIAL TEÓRICO	04
2.1 O SISTEMA FINANCEIRO E O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	04
2.2 POLÍTICA MONETÁRIA	06
2.3 INFLAÇÃO	10
2.4 ESTRATÉGIAS COMPETITIVAS	14
2.5 CONCENTRAÇÃO E CONCORRÊNCIA BANCÁRIA	17
2.6 RISCO DE CRÉDITO	19
2.7 INFORMAÇÃO ASSIMÉTRICA	21
3 A ATUAÇÃO DO BANCO DO BRASIL E SUA PARTICIPAÇÃO NO MERCADO	24
3.1 HISTÓRICO	24
3.2 PERFIL DA EMPRESA	28
3.3 PARTICIPAÇÃO NO MERCADO	32
3.3.1 Mercado de Crédito	32
3.3.2 Demais Mercados	36
3.4 LINHAS DE CRÉDITO PARA PESSOA FÍSICA	39
4 ANÁLISE DOS AMBIENTES MACRO E MICROECONÔMICO	42
4.1 AMBIENTE MACRO	42
4.1.1 Ano de 2003	42
4.1.2 Ano de 2004	45
4.1.3 Ano de 2005	47

4.1.4 Ano de 2006	50
4.1.5 Evolução no Período	51
4.1.6 Os Bancos no Ambiente Macroeconômico	53
4.2 AMBIENTE MICRO	54
4.2.1 Instituições Financeiras	54
4.2.2 Riscos Associados ao Setor Bancário	56
4.2.3 Acordo de Basileia	57
4.2.4 Sistema de Informações de Crédito	59
4.2.5 Crédito Consignado em Folha de Pagamento	60
4.2.6 Outras Medidas Governamentais	63
5 ESTRATÉGIAS DO BANCO DO BRASIL S.A.	65
5.1 ANO DE 2003	65
5.2 ANO DE 2004	66
5.3 ANO DE 2005	68
5.4 ANO DE 2006	69
5.5 EVOLUÇÃO NO PERÍODO	71
5.6 A GESTÃO DE RISCOS NO BANCO DO BRASIL	75
6 CONCLUSÃO	77
BIBLIOGRAFIA	82

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 -	PERFIL DOS FUNCIONÁRIOS DO BANCO DO BRASIL - 2003, 2006	29
TABELA 2 -	CARTEIRA DE CRÉDITO DOS MAIORES BANCOS - 2005- 2006	32
TABELA 3 -	PERFIL DOS MAIORES BANCOS - 2006	38
TABELA 4 -	BANCO DO BRASIL EM GRANDES NÚMEROS - 2003, 2006	38
TABELA 5 -	LINHAS DE CRÉDITO PARA PESSOA FÍSICA - 2006	40
TABELA 6 -	CRÉDITO DO SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL - 2003- 2006	52
TABELA 7 -	CARTEIRA DE CRÉDITO DO BANCO DO BRASIL - 2003- 2006	72
TABELA 8 -	PARTICIPAÇÃO DAS CARTEIRAS DE CRÉDITO BB - 2003- 2006	72
TABELA 9 -	CARTEIRA DE CRÉDITO PF DO BANCO DO BRASIL - 2003-2006	74

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 -	PERFIL DA CARTEIRA DE CRÉDITO DOS BANCOS - 2006	33
GRÁFICO 2 -	INDICADORES ECONÔMICOS - 2003-2006	52
GRÁFICO 3 -	% CRESCIMENTO DAS CARTEIRAS DE CRÉDITO - 2003-2006	73
GRÁFICO 4 -	% PARTICIPAÇÃO DAS LINHAS DE CRÉDITO PF - 2003-2006	74

LISTA DE SIGLAS

BACEN	- Banco Central do Brasil
BB	- Banco do Brasil S.A.
BNDES	- Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
BOVESPA	- Bolsa de Valores de São Paulo
CDB	- Certificado de Depósito Bancário
CDC	- Crédito Direto ao Consumidor
CMN	- Conselho Monetário Nacional
COPOM	- Comitê de Política Monetária do Banco Central
FGC	- Fundo Garantidor de Crédito
INSS	- Instituto Nacional do Seguro Social
IPCA	- Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo
IRPF	- Imposto de Renda Pessoa Física
PF	- Pessoa Física
PIB	- Produto Interno Bruto
PJ	- Pessoa Jurídica
POUPEX	- Associação de Poupança e Empréstimo do Exército
SCR	- Sistema de Informações de Crédito do Banco Central
SELIC	- Sistema Especial de Liquidação e de Custódia
SFN	- Sistema Financeiro Nacional
TMS	- Taxa Média Selic
TR	- Taxa Referencial

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo analisar os principais fatores dos ambientes macro e microeconômico e as estratégias do Banco do Brasil S.A. que contribuíram para a expansão da sua carteira de crédito para clientes pessoa física entre os anos de 2003 e 2006, primeiro mandato presidencial de Luiz Inácio Lula da Silva. O Banco do Brasil consolidou-se novamente líder no mercado de crédito no país em 2006, com 18,2% de participação no sistema financeiro. Sua carteira de crédito total ultrapassou R\$ 133 bilhões, número que representa um crescimento superior a 111% entre janeiro de 2003 e dezembro de 2006. A carteira de crédito para os clientes da categoria pessoa física aumentou 118% no mesmo período, alcançando R\$ 24 bilhões. Dessa forma, são analisados os principais aspectos dos ambientes macro e microeconômico relacionados à economia brasileira no período compreendido entre 2003 e 2006 que influenciaram direta ou indiretamente a concessão de crédito para clientes pessoa física do Banco do Brasil. Também são analisadas as principais estratégias do Banco que influenciaram a concessão de crédito para clientes pessoa física no mesmo período. Apresentam-se ainda as linhas de crédito disponibilizadas para esse público, e um resumo do período, em que é possível verificar aquelas que apresentaram maior crescimento: CDC Veículo e BB Crédito Consignação, linhas com menor taxa de juros em função da garantia que oferecem ao Banco.

Palavras-chave: Banco do Brasil S.A.; carteira de crédito; clientes pessoa física; estratégias de crédito.

ABSTRACT

The aim of this work is to analyse the main factors of the macro and micro economical sphere and the strategies of the Bank of Brasil S.A. that had contributed for the expansion of its credit for natural person clients between the years 2003 and 2006, first presidential mandate of Luis Inácio Lula da Silva. The Bank of Brasil was once again consolidated as leader in the credit markets in the country in 2006, with 18.2% of participation in the financial system. Its credit exceeded R\$ 133 billion, an amount that represents an increase above 111% between January of 2003 and December of 2006. The credit for the clients of the category natural person increased 118% in the same period, reaching R\$ 24 billion. This way, the main aspects of the macro and micro economical sphere are analysed related to the Brazilian economy that had influenced directly or indirectly the concession of credit for natural person clients of the Bank of Brasil. The main strategies of the bank that had influenced the Credit Consignment contract for natural person clients are also analysed in the same period. Yet, credit facilities available for this public are presented, and a summary of the period, in which it is possible to verify those that had presented a greater increase: CDC Vehicle and BB Credit Consignment contract, facilities with a lower interest tax due to the guarantee offered to the Bank.

Key-words: Bank of Brasil S.A.; credit; natural person clients; strategies of credit.

1 INTRODUÇÃO

O crédito nas suas mais diversas modalidades, tanto para o consumo das famílias como para o investimento das empresas, é de suma importância para a economia dos países, pois impulsiona os negócios. Mercados de crédito profundos e eficientes, com a existência de bancos sólidos que fornecem crédito de maneira estável, ao financiar o consumo e o investimento, contribuem para o desenvolvimento econômico e social do país.

Nos últimos anos ocorreu no Brasil um expressivo aumento no volume de transações comerciais realizadas com recursos de terceiros, oriundos na maior parte de instituições financeiras, sejam elas bancos públicos, privados ou financeiras.

O saldo das operações de crédito do sistema financeiro brasileiro¹, em dezembro de 2003, estava próximo a R\$ 410 bilhões, o que representou um aumento de cerca de 8,4% em relação ao ano anterior. No final do ano de 2004, o volume total de crédito do sistema financeiro era de R\$ 485 bilhões (aumento de 18%) e em dezembro de 2005 alcançou o volume de R\$ 607 bilhões (aumento de 25%).² Já em dezembro de 2006, as operações de crédito contratadas pelo sistema financeiro alcançaram R\$ 732,6 bilhões (crescimento de 20,7%).³ Percebe-se então que no período compreendido entre janeiro de 2003 e dezembro de 2006 a expansão das operações de crédito do sistema financeiro brasileiro atingiu 93,8%.

A importância do crédito pode ser verificada pela sua participação no Produto Interno Bruto (PIB) de um país ou região. O crescimento do crédito bancário e o PIB estão fortemente relacionados. No Brasil essa participação vem crescendo, ainda que, comparando com países desenvolvidos e em desenvolvimento, o volume do crédito em relação ao PIB é muito baixo. Em 2006, o volume total de crédito do sistema financeiro nacional chegou a 31,5% do PIB, ante 27,1% no ano de 2003. Essa

¹ O total das operações de crédito inclui operações com recursos livres e com recursos direcionados.

² Em 2005 as estatísticas do Banco Central foram reformuladas, incluindo informações das cooperativas de crédito, com o objetivo de aperfeiçoar o acompanhamento e gerenciamento das informações.

³ Dados do Banco Central do Brasil - Bacen.

tendência reflete a melhoria das condições macroeconômicas e a confiança do setor financeiro no crescimento econômico sustentável do país no longo prazo. Já em países como a Coreia do Sul e os Estados Unidos da América, a participação do crédito no PIB ultrapassa 70% e 120% respectivamente.

No Banco do Brasil S.A. (BB) a carteira de crédito encerrou o ano de 2003 com saldo de R\$ 77,6 bilhões. Esse valor representou um crescimento de 23,4% no ano e garantiu ao Banco a liderança na concessão de crédito no país, com participação de 18,9% no conjunto de crédito total do sistema financeiro. Nos anos seguintes, a carteira de crédito apresentou evolução de 14%, 15% e 30,8% respectivamente, chegando a R\$ 133,2 bilhões em 2006, valor que consolida o Banco como líder no mercado de crédito no país, com 18,2% de participação no sistema financeiro.⁴ O crescimento da carteira de crédito do Banco, no período compreendido entre janeiro de 2003 e dezembro de 2006, chegou a 111,7%.

Já a carteira de crédito para os clientes da categoria pessoa física do BB atingiu em dezembro de 2003 um volume de R\$ 13,2 bilhões, o que demonstra uma evolução de aproximadamente 18% em relação ao ano anterior (cerca de R\$ 11 bilhões). Em 2004 esse valor alcançou o saldo de R\$ 16 bilhões (aumento de 22%) e em 2005 chegou a R\$ 18,4 bilhões (acréscimo de 15%). Já em dezembro de 2006, a carteira de crédito para clientes pessoa física alcançou R\$ 24 bilhões, valor que representa aumento de 30% no ano.⁵ A carteira de crédito para clientes pessoa física do Banco correspondeu a 18% do volume total de crédito da instituição em 2006. A participação da carteira de crédito PF do Banco na carteira de crédito com recursos livres para clientes pessoa física do SFN, no mesmo ano, chegou a 10,1%.

A carteira de crédito para clientes pessoa física do Banco do Brasil apresentou crescimento de 118% no período compreendido entre janeiro de 2003 e dezembro de 2006, mesmo sem o Banco focar algumas linhas de crédito oferecidas pela concorrência, como empréstimo imobiliário (disponibilizado somente a partir de 2007)

⁴ Conforme Relatórios Anuais do BB.

⁵ Conforme Relatórios Anuais do BB.

e veículo (impulsionado a partir de 2006), que são linhas de crédito que representam grande volume de recursos contratados.

Assim, essa pesquisa visa a responder a seguinte pergunta: quais os principais fatores do ambiente macroeconômico, do ambiente microeconômico e em particular as estratégias do Banco do Brasil S.A. que contribuíram para a expansão da sua carteira de crédito para clientes pessoa física no período compreendido entre os anos de 2003 e 2006, ou seja, no primeiro mandato presidencial de Luiz Inácio Lula da Silva?

O objetivo do estudo é, então, analisar os principais fatores dos ambientes macro e microeconômico e as estratégias do Banco do Brasil S.A. que contribuíram para a expansão da sua carteira de crédito para clientes pessoa física entre os anos de 2003 e 2006.

Com a intenção de facilitar a compreensão e a análise do estudo, foi elaborado, após esta introdução, um capítulo com o referencial teórico abordando os principais pontos relacionados com o assunto em pauta, como: função do sistema financeiro para o desenvolvimento econômico, política monetária, inflação, estratégias competitivas, concentração e concorrência bancária, risco de crédito e informação assimétrica.

A seguir, no capítulo 3, é apresentado o histórico, o perfil corporativo e a participação do Banco no mercado, além das principais linhas de crédito disponibilizadas para os clientes pessoa física.

No capítulo 4, faz-se uma análise dos principais aspectos dos ambientes macro e microeconômico relativos à economia brasileira que, de alguma forma, influenciaram a concessão de crédito para clientes pessoa física do Banco entre os anos de 2003 e 2006.

Já o capítulo 5 analisa as principais estratégias do Banco do Brasil S.A. no período definido para o estudo que influenciaram diretamente a concessão de crédito para clientes pessoa física. Apresentam-se também algumas estratégias utilizadas para a gestão de riscos no BB.

Ao final do trabalho, o capítulo 6 apresenta algumas conclusões a respeito da pesquisa realizada e do objetivo do estudo.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Neste capítulo é apresentado o referencial teórico que fundamenta a pesquisa, a saber: função do sistema financeiro para o desenvolvimento econômico, política monetária, abordando seus instrumentos e objetivos, e também a formação da taxa de juros; a inflação, destacando-se suas causas e tipos; as estratégias competitivas, analisando-se previamente as cinco forças competitivas; concentração e concorrência bancária; risco de crédito, apresentando conceito e composição; e por fim a informação assimétrica, detalhando a seleção adversa e o risco moral.

2.1 O SISTEMA FINANCEIRO E O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

As instituições financeiras desempenham função importante na determinação do padrão de vida da população. Exercendo o seu papel principal, que é efetuar a intermediação financeira entre poupadores e tomadores de recursos, elas podem determinar e alterar a trajetória do progresso econômico (BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO, 2005, p. 3).

Mercados financeiros maiores e mais eficientes contribuem positivamente para o desenvolvimento econômico do país. Os sistemas financeiros influenciam a concessão do crédito ao promover a melhoria da fricção do mercado. Por exemplo, ao reduzir a assimetria de informação e o risco de crédito.

Nesse sentido, LEVINE e DEMIRGÜÇ-KUNT (2008, p. 5) apresentam cinco funções do sistema financeiro que promovem a redução da fricção do mercado:

- a) produzir informações antes da liberação do crédito;
- b) monitorar a utilização do crédito liberado;
- c) aperfeiçoar/gerenciar o risco de crédito;
- d) mobilizar recursos;
- e) facilitar a troca de bens e serviços.

As instituições financeiras auxiliam na redução da fricção do mercado ao produzir informações antes da liberação do crédito. Existem altos custos de

informação associados à avaliação de mercados e dos tomadores de recursos antes da decisão sobre a liberação do crédito. Os poupadores de recursos, ao investir, procuram obter rendimento aliado à segurança do retorno de seu capital. Assim, em função dos custos de informação, eles necessitam dos intermediários financeiros que possuem conhecimento, tecnologia e capital para reduzir os custos de aquisição e processamento de informação, fatores que contribuem para a redução da informação assimétrica e consequentemente do risco de crédito.

Da mesma forma, as instituições financeiras também exercem um papel importante para o desenvolvimento econômico ao efetivamente monitorar e influenciar a alocação do capital (do crédito liberado nos empréstimos), segunda função apresentada pelos autores. Com isso elas contribuem para motivar ainda mais os poupadores na acumulação de capital, aumentando assim o fluxo de recursos para novos empréstimos. Os autores mencionam ainda a ideia de governança corporativa, no sentido de que as instituições financeiras passam a ter interesse na organização (*stakeholders*), monitorando os recursos para obter o retorno do capital emprestado.

A terceira função do sistema financeiro que promove a redução da fricção do mercado, que é aperfeiçoar/gerenciar o risco de crédito, está relacionada à aversão ao risco e à necessidade de liquidez dos recursos que os poupadores geralmente têm. Nesse sentido, a habilidade das instituições financeiras de identificar e diversificar os riscos na liberação dos empréstimos contribui para o desenvolvimento econômico ao promover o investimento em atividades inovadoras, que geralmente são de longo prazo e alto risco. Vale ressaltar também a capacidade dos intermediários financeiros em proporcionar segurança para os poupadores contra os riscos de liquidez.

A mobilização de recursos é a quarta função do sistema financeiro apresentada pelos autores. A transferência de recursos de poupadores para tomadores envolve altos custos de transação. Nesse sentido, os intermediários financeiros exercem papel importante para a mobilização de recursos entre os poupadores e os tomadores, pois eles têm condições de assumir e inclusive reduzir os custos por meio da frequência com que as transações ocorrem. Vale destacar aqui que a alocação eficiente de recursos está relacionada com a maior parte das atividades das instituições financeiras.

Por fim, os intermediários financeiros facilitam a troca de bens e serviços entre as empresas e os consumidores ao financiar a produção e também o consumo das famílias. Consequentemente, esse fato contribui para o desenvolvimento econômico. Vale ressaltar ainda que as instituições financeiras também contribuem para a atividade econômica ao oferecer sistemas de pagamentos, proteger os depósitos e proporcionar liquidez.

“Contar com um conjunto seguro de instituições que protejam a poupança, aloquem recursos eficientemente e deem suporte à realização eficiente de transações financeiras é fundamental para o desenvolvimento.” (BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO, 2005, p. 5). Porém, ao conceder empréstimos, as instituições financeiras assumem os riscos de crédito, de inadimplência, de liquidez, de taxa de juros, entre outros, fato que comprova a fragilidade da atividade bancária, uma vez que a gestão dos riscos é bastante complexa. Com isso, percebe-se que a criação e manutenção de um sistema financeiro sólido e seguro, que possibilite o desenvolvimento econômico, é bastante complexa e dispendiosa.

No próximo tópico será abordada a política monetária, apresentando seus instrumentos e objetivos, e também a formação da taxa de juros, que influencia diretamente a demanda pelos empréstimos.

2.2 POLÍTICA MONETÁRIA

A política monetária é definida por LOPES e ROSSETTI (1995, p. 196) como “o controle da oferta de moeda e das taxas de juros, no sentido de que sejam atingidos os objetivos da política econômica global do governo”. Vale salientar que o Banco Central (Bacen) é o órgão responsável pela condução da política monetária e utiliza-se para tanto dos instrumentos de política monetária.

Os instrumentos que podem ser utilizados pelo Bacen para controlar a oferta de moeda e a taxa de juros são: reservas compulsórias, empréstimos de liquidez e taxa de redesconto, operações de mercado aberto, controle e seleção do crédito e persuasão moral. A seguir eles são apresentados com mais detalhes.

As reservas compulsórias “são a parcela dos depósitos que os bancos são obrigados legalmente a depositar em suas contas junto ao Banco Central para poderem fazer frente a suas obrigações” (GREMAUD, VASCONCELLOS e TONETO JÚNIOR, 2006, p. 232). As reservas compulsórias constituem-se num dos mais importantes instrumentos de controle do efeito multiplicador dos meios de pagamento. Quanto maior for a taxa de reserva compulsória, menor a oferta de moeda, pois diminui a proporção de depósitos que podem ser convertidos em empréstimos. Da mesma forma, quanto menores as reservas compulsórias, maior a oferta de moeda. Segundo CARVALHO et al. (2000, p. 129), as principais funções do recolhimento compulsório são: fornecimento de liquidez ao sistema bancário, controle de crédito e estabilização da demanda por reservas bancárias, facilitando a ação do Bacen na fixação da taxa de juros.

Os empréstimos de assistência à liquidez são concedidos pelo Banco Central às instituições financeiras com o objetivo de sanar insuficiências de caixa frente à demanda de recursos pelos depositantes (GREMAUD, VASCONCELLOS e TONETO JÚNIOR, 2006, p. 237). Já a taxa de redesconto é o valor cobrado pelo Bacen nos empréstimos de liquidez. O Banco Central fixa a taxa, os prazos, os limites máximos para os empréstimos de liquidez e também os títulos que podem ser redescontados. Vale ressaltar que a facilidade na obtenção de um empréstimo de liquidez e a redução na taxa de redesconto levam ao aumento na oferta monetária e, ao contrário, a dificuldade para conseguir empréstimos de liquidez e o aumento da taxa de redesconto reduzem a oferta de moeda pelos bancos.

Nas operações de mercado aberto, o Bacen compra e vende títulos públicos junto ao mercado, e consequentemente regula o grau de liquidez do sistema econômico (GREMAUD, VASCONCELLOS e TONETO JÚNIOR, 2006, p. 238). Os autores afirmam ainda que as operações de mercado aberto constituem-se no instrumento mais ágil da política monetária. Quando o Banco Central vende títulos, diminui a oferta de moeda, pois reduz os depósitos à vista. Ao contrário, quando o Bacen compra títulos no mercado, aumenta o volume de reservas e consequentemente amplia a oferta de moeda pelos bancos. Conforme LOPES e ROSSETTI (1995, p. 205), as operações de

mercado aberto possibilitam: o controle diário do volume da oferta de moeda, a manipulação das taxas de juros a curto prazo, a criação de liquidez para os títulos públicos e a realização de aplicações de curto prazo pelas instituições financeiras e pelo público em geral.

O instrumento de controle e seleção do crédito pode se dar pelas seguintes formas de intervenção do Banco Central, conforme LOPES e ROSSETTI (1995, p. 208): controle do volume e da destinação do crédito, controle das taxas de juros e determinação dos prazos, limites e condições dos empréstimos. Vale salientar que esse instrumento é conhecido como não-convencional e é criticado pelos monetaristas pela possibilidade de gerar distorções no mercado de crédito ao impor controles diretos sobre o volume e o preço do crédito.

A persuasão moral acontece quando os interesses das autoridades monetárias coincidem com os do sistema bancário. LOPES e ROSSETTI (1995, p. 209) explicam como esse instrumento da política monetária funciona: “...basta que aquelas [autoridades monetárias] façam uma explanação clara e franca dos objetivos da política monetária aos banqueiros para que estes passem a agir voluntariamente na direção pretendida pelo Banco Central.” É importante observar que o sucesso da persuasão moral depende da concentração do sistema bancário.

Vale destacar também que os objetivos da política monetária são dinâmicos, variando de acordo com o padrão de desenvolvimento econômico e da política predominante, mas são apresentados de forma geral por LOPES e ROSSETTI (1995, p. 197):

- a) promoção do desenvolvimento econômico;
- b) promoção de alto nível de emprego e manutenção de sua estabilidade;
- c) obtenção de equilíbrio nas transações econômicas com o exterior;
- d) controle da inflação;
- e) distribuição equitativa da riqueza e rendas.

Além desses objetivos, CARVALHO et al. (2000, p. 120) citam outros: estabilidade da taxa de câmbio, prevenção de falências bancárias e manutenção da confiança dos investidores estrangeiros.

A taxa de juros influencia o consumo, os investimentos, o déficit público, o fluxo de recursos externos, entre outros, por isso geralmente a política monetária é conduzida com o objetivo de influenciá-la.

Conforme GREMAUD, VASCONCELLOS e TONETO JÚNIOR (2006, p. 240), existem duas correntes sobre a determinação da taxa de juros: a teoria dos fundos emprestáveis e o princípio da preferência pela liquidez.

Na teoria dos fundos emprestáveis, a taxa de juros é um prêmio recebido pela renúncia ao consumo presente. Dessa forma, a taxa de juros é determinada pela demanda e oferta de títulos. As empresas que necessitam de recursos (investidoras) ofertam títulos aos indivíduos que desejam aplicar seus recursos (poupadores). Quando existir excesso de oferta de títulos, ocorre um excesso de demanda por empréstimos, e a taxa de juros se eleva. O contrário também é verdadeiro, ou seja, quando existe excesso de demanda por títulos, ou excesso de recursos por parte dos poupadores, a taxa de juros se reduz. Percebe-se então que a taxa de juros é formada pelo equilíbrio (oferta e demanda ajustadas) do mercado de empréstimos de títulos.

No princípio da preferência pela liquidez, segundo GREMAUD, VASCONCELLOS e TONETO JÚNIOR (2006, p. 240), a taxa de juros é um prêmio pela renúncia à liquidez. De acordo com esse princípio, o indivíduo precisa decidir quanto e de que forma poupar. Os autores afirmam ainda que “O simples fato de poupar não garante a obtenção de juros sobre a poupança. Esta só terá algum rendimento se o indivíduo abrir mão de guardar a poupança na forma monetária e adquirir um ativo financeiro.” Dessa forma, quando há excesso na demanda de moeda, a taxa de juros aumenta. Já quando acontece um excesso de oferta, a taxa de juros diminui. Percebe-se então que a política monetária pode influenciar a demanda da economia e o produto. Ao expandir a oferta monetária, lembrando que o investimento e o consumo variam inversamente com a taxa de juros, o governo estimula a atividade econômica.

Vale apresentar ainda as duas formas pelas quais o Banco Central pode conduzir a política monetária:

- a) política monetária ativa: o Bacen controla a oferta de moeda, e a taxa de juros oscila procurando o equilíbrio entre a oferta (exógena) e a demanda de moeda (GREMAUD, VASCONCELLOS e TONETO JÚNIOR, 2006, p. 243);
- b) política monetária passiva: o Bacen controla a taxa de juros por meio da taxa de redesconto ou pela remuneração dos títulos públicos, e a oferta de moeda varia de modo a manter essa taxa de juros, ou seja, a oferta de moeda é endógena (GREMAUD, VASCONCELLOS e TONETO JÚNIOR, 2006, p. 243).

Foram apresentadas duas teorias sobre a formação taxa de juros. É importante destacar porém que, uma vez que existem muitas modalidades de empréstimos e de títulos, existem várias taxas de juros. A razão para as diferentes taxas de juros dos títulos é o fato de que eles apresentam riscos, liquidez e prazos distintos.

No próximo tópico será abordada a inflação, seu conceito, causas e tipos, além da relação com o crescimento econômico.

2.3 INFLAÇÃO

O conceito de inflação é bastante conhecido e pode ser definido como um aumento contínuo e generalizado dos preços. LOPES e ROSSETTI (1995, p. 253) apresentam uma definição mais completa: “um fenômeno macroeconômico, dinâmico e de natureza monetária, caracterizado por uma elevação apreciável e persistente do nível geral dos preços.”

Importante destacar que num processo inflacionário todos os preços aumentam de forma dinâmica. O aumento isolado do preço de um insumo agrícola em função de alterações climáticas, por exemplo, não pode ser caracterizado como inflação.

A inflação é medida pela variação dos índices de preços. SANDRONI (2003, p. 241) afirma que: “o índice ideal para medir a inflação resultaria do deflator implícito do produto nacional gerado em determinado período de tempo, que daria uma medida, a uma certa periodicidade, do crescimento dos preços dos bens de

consumo, dos bens de produção e de todos os serviços gerados no intervalo de tempo relevante com o concurso da força de trabalho.”

O autor afirma que, no entanto, por questões de ordem prática, outros índices são usados. Para calcular a variação dos preços dos produtos finais consumidos pela população, utilizam-se os índices de custo de vida (ICV) ou de preços ao consumidor (IPC), adotando como base os hábitos de consumo de uma família padrão para a sociedade ou somente uma classe. Já para o cálculo da variação dos preços dos insumos, fatores de produção e produtos intermediários, utilizam-se índices de preços ao produtor ou índices de preços no atacado (IPA).

Conforme GREMAUD, VASCONCELLOS e TONETO JÚNIOR (2006, p. 118), existem duas causas básicas para a inflação: a demanda e os custos. A inflação de demanda ocorre quando a demanda agregada é maior do que a oferta agregada, ou seja, existe excesso de demanda em relação à produção disponível. Dessa forma, percebe-se que é mais provável que a inflação de demanda ocorra quando a economia estiver próxima do pleno emprego, com um alto grau de utilização da capacidade produtiva. No entanto, uma expansão monetária decorrente de um déficit público também pode ocasionar inflação de demanda.

A inflação de custos ou inflação de oferta decorre da elevação dos custos na economia (aumento dos custos das empresas repassados para os preços). GREMAUD, VASCONCELLOS e TONETO JÚNIOR (2006, p. 119) apontam algumas das causas para o aumento dos custos: aumento no preço das matérias-primas decorrente de quebra de safra agrícola ou de desvalorização cambial, aumento salarial, elevação da taxa de juros, entre outros.

Além da inflação de demanda e da inflação de custos, existe a inflação de estrangulamento ou estrutural, que ocorre quando os países em desenvolvimento passam por um processo de crescimento econômico, com o aumento da produção, do emprego e do nível de renda. Alguns setores da economia (aqueles que produzem bens com baixa elasticidade-renda) transformam-se em pontos de estrangulamento da produção, pois não conseguem aumentar a produção em resposta às variações da demanda. Cita-se como exemplo o setor agrícola: como não consegue produzir os bens

necessários para acompanhar o crescimento da demanda, ocorre elevação nos preços dos insumos, que conseqüentemente se propaga para os demais setores da economia. (BANCO DO BRASIL, 2002, p. 44).

Existe ainda a inflação inercial, que surge das expectativas inflacionárias, ou seja, os agentes econômicos acreditam que a inflação continuará no futuro apenas pelo fato de ter existido no passado. Para proteger seus ganhos, os agentes econômicos utilizam os mecanismos de indexação, como a correção monetária de preços, salários, câmbio e ativos financeiros, fazendo com que a inflação seja realimentada, tornando-a inercial (BANCO DO BRASIL, 2002, p. 44).

Para GREMAUD, VASCONCELLOS e TONETO JÚNIOR (2006, p. 117), independente das causas da inflação, ela apresenta como contrapartida a perda do poder aquisitivo da moeda. Os autores apresentam ainda outras consequências das taxas de inflação elevada:

- a) distorções na alocação de recursos da economia, pois perde-se a noção de preços relativos;
- b) desinteresse em investir, uma vez que os agentes têm dificuldade em prever o retorno dos investimentos;
- c) distorções no Balanço de Pagamentos, por obscurecer o valor da moeda nacional e da taxa de câmbio;
- d) desequilíbrio na distribuição de renda, prejudicando as pessoas que não têm como se proteger do processo inflacionário;
- e) prejuízo às finanças públicas pela defasagem entre o fato gerador e o recolhimento dos impostos (Efeito Oliveira-Tanzi, em que a inflação corrói o valor da arrecadação fiscal do governo);
- f) aumento dos custos de transação.

Importante destacar ainda que a inflação tende a mudar os hábitos de consumo e de poupança da população, impactando também no crescimento econômico de um país ou região.

Para GREMAUD, VASCONCELLOS e TONETO JÚNIOR (2006, p. 54), o crescimento econômico de um país num certo período é “o aumento do produto

naquele período, ou seja, a elevação na produção de bens e serviços que satisfaçam às necessidades humanas.” Resumidamente, pode-se afirmar que o crescimento econômico é a ampliação na quantidade produzida.

O crescimento econômico pode ser influenciado por inflações moderadas, segundo LOPES e ROSSETTI (1995, p. 268), em virtude do clima de euforia que geralmente ocorre nessas situações, animando os investimentos produtivos, a ampliação da capacidade e a melhoria da produtividade. Os autores salientam, no entanto, a dificuldade em se estimar a taxa de inflação moderada bem como o momento a partir do qual sua influência deixa de ser benéfica para o crescimento econômico.

De qualquer forma, para que a inflação possa compatibilizar-se com o crescimento econômico, algumas condições são exigidas (LOPES e ROSSETTI 1995, p. 268):

- a) a taxa de inflação deve ficar por um período prolongado em um nível que a sociedade seja capaz de absorver;
- b) a economia deve vir operando abaixo de suas possibilidades máximas de produção;
- c) a elevação induzida da demanda agregada, pela expansão da oferta monetária, deve ser no sentido de reduzir a taxa de juros de modo a viabilizar maior quantidade de projetos de investimentos;
- d) o clima de euforia deve prevalecer por um período prolongado após o clima de especulação (que reduz os investimentos produtivos e baixa a produtividade, comprometendo o crescimento econômico).

Nos tópicos anteriores abordou-se a política monetária e a inflação. A seguir serão apresentadas as cinco forças competitivas e a maneira como as estratégias competitivas genéricas podem contribuir para a formação de defesa frente a essas forças.

2.4 ESTRATÉGIAS COMPETITIVAS

O conceito de estratégia era muito utilizado no campo militar e passou a ser utilizado nas organizações com o surgimento das grandes mudanças sociais, econômicas e políticas do ambiente empresarial, que trouxe consigo alterações de objetivos bem como de alternativas de ação (QUINN, 1998, p. 26).

Um fator importante na formulação das estratégias organizacionais é a análise do ambiente externo e de sua relação com a organização. Ela é feita com o intuito de identificar a maneira pela qual as mudanças econômicas, legais, sociais, tecnológicas, políticas, entre outras, podem influenciar a organização. O ponto essencial é, provavelmente, a análise das empresas com as quais a organização compete.

Segundo PORTER (1991, p. 22), o grau de concorrência nas organizações depende de cinco forças competitivas básicas. O autor afirma que o conjunto dessas forças determina a intensidade da concorrência na organização e também a rentabilidade. As forças são:

- a) entrada de novos concorrentes: está relacionada às barreiras de entrada existentes, que podem ser: economias de escala, diferenciação do produto, necessidade de capital, custos de mudança, acesso aos canais de distribuição, política governamental;
- b) ameaça de produtos substitutos: limita os lucros das empresas uma vez que acaba por estabelecer limites de preços;
- c) poder de negociação dos compradores: grupos de compradores com alto poder de negociação, que se caracterizam por adquirir grandes volumes em relação às vendas da empresa, os produtos que adquirem representam um valor significativo dos seus custos, os produtos que compram são padronizados, existem poucos custos de mudança e os compradores têm total informação a respeito do produto;
- d) poder de negociação dos fornecedores: grupos de fornecedores são poderosos quando trabalham com produtos diferenciados ou com custos de mudança, não existem produtos substitutos e existem poucas companhias;

- e) rivalidade entre os atuais concorrentes: disputa por posição que acontece devido à interação de diversos fatores estruturais como concorrentes numerosos ou bem equilibrados, crescimento vagaroso da indústria, custos fixos altos, ausência de diferenciação ou de custos de mudança, barreiras de saída elevadas. Pode acontecer sob a forma de disputa por menores preços, melhores campanhas publicitárias e aumento da qualidade do produto.

Nesse sentido, PORTER (1991, p. 49) propõe algumas estratégias genéricas, que podem ser utilizadas em conjunto ou separadamente, para que as organizações estabeleçam uma posição de defesa frente às cinco forças competitivas. O autor define as estratégias competitivas como “ações ofensivas ou defensivas para criar uma posição defensável em uma indústria, para enfrentar com sucesso as cinco forças competitivas e, assim, obter um retorno sobre o investimento maior para a empresa”. Vale salientar que para a formulação das estratégias deve-se atentar para as forças que exercem maior pressão sobre a atividade da organização e lembrar ainda que as forças não são estáticas, ou seja, elas podem sofrer alterações. As estratégias genéricas são: liderança no custo total, diferenciação e enfoque.

Com a estratégia da liderança no custo total, segundo PORTER (1991, p. 50), a organização protege-se de todas as cinco forças competitivas, mas para alcançá-la é necessário ter uma alta parcela do mercado, ter acesso favorável às matérias-primas, realizar investimentos em equipamentos atualizados, obter os benefícios da economia de escala e reduzir e controlar ao máximo os custos e despesas gerais. Salienta-se que a qualidade e a assistência não podem ser ignoradas apesar da grande necessidade de redução dos custos.

Na estratégia da diferenciação deve-se procurar diferenciar o produto/serviço da empresa criando algo único no seu ramo de atuação. A diferenciação pode assumir diversas formas: imagem da marca, tecnologia, serviços sob encomenda, rede de fornecedores, entre outros. É importante ter claro que, com a adoção dessa estratégia, é difícil atingir uma alta parcela do mercado, pois mesmo reconhecendo a superioridade do produto/serviço, o cliente pode não ter condições ou não estar disposto a pagar os

preços relativamente maiores que essas empresas praticam (PORTER, 1991, p. 51).

Já com a estratégia do enfoque, procura-se enfocar um grupo de compradores, uma linha de produtos ou um mercado geográfico. Segundo PORTER (1991, p.52), essa estratégia baseia-se “na premissa de que a empresa é capaz de atender seu alvo estratégico estreito mais efetiva ou eficientemente do que os concorrentes que estão competindo de forma mais ampla”. Por essa estratégia pode-se não atingir o baixo custo ou a diferenciação no mercado como um todo, mas no grupo ou produto específico da empresa essas estratégias são alcançadas.

Segundo PORTER (1991, p. 54), cada uma das estratégias exige diferentes recursos, habilidades, arranjos organizacionais, procedimentos de controle, sistemas criativos, estilos de liderança e cultura, devendo as organizações estabelecer a estratégia de acordo com suas necessidades e com suas capacidades e limitações.

Dessa forma, o meio-termo, ou seja, a utilização de várias estratégias ao mesmo tempo, pode ser bastante arriscado para a empresa, pois é muito difícil uma organização estar ajustada para trabalhar ao mesmo tempo com os recursos e estilos administrativos que cada uma exige. Deve-se então estabelecer uma estratégia mais adequada à situação da empresa, ao mesmo tempo em que é preciso optar por uma estratégia que os concorrentes não possam “copiar” facilmente.

Vale ressaltar ainda que para o efetivo funcionamento de qualquer uma das estratégias anteriormente explicadas é necessário que haja um total comprometimento da organização.

No caso específico dos bancos, é necessário lembrar também que a atividade bancária apresenta algumas características próprias, conforme MOURA (1996, p. 34): intangibilidade do produto, simultaneidade entre produção e venda, impossibilidade de formação de estoques e participação do cliente no processo de produção.

Para PAULA (2007, p. 325) “as estratégias dos bancos objetivam a um só tempo: (a) não perder de vista os limites previstos nas regras de Basileia; (b) minimizar riscos de crédito e de taxas de juros; e, (c) conciliar objetivos de lucro e crescimento patrimonial, com diferentes escalas de preferência pela liquidez”.

As estratégias competitivas genéricas podem auxiliar bastante as organizações no processo de defesa contra as forças competitivas mas, segundo PORTER, (1991, p. 58), elas também apresentam alguns riscos. Os riscos da liderança no custo total são: mudança tecnológica que pode anular o investimento e o aprendizado anterior, existência de seguidores que podem obter aprendizado por baixo custo pela imitação, entre outros. Os riscos que a diferenciação pode oferecer são: a imitação, que reduz a diferenciação, e a diferença de custos entre os concorrentes que adotam a estratégia da liderança no custo, que podem acabar afastando os consumidores. Já os riscos de adotar a estratégia de enfoque são: os concorrentes estabelecem submercados dentro do alvo estratégico, diferença de custos entre os concorrentes.

Percebe-se então a necessidade de, além de escolher a melhor estratégia de acordo com os objetivos pretendidos e com os recursos disponíveis, as organizações estarem atentas e adaptarem-se no decorrer de sua ação para os riscos assumidos juntamente com a estratégia escolhida.

Em continuidade ao tema já abordado sobre a concorrência, o tópico seguinte apresenta algumas consequências da concentração e concorrência da indústria bancária.

2.5 CONCENTRAÇÃO E CONCORRÊNCIA BANCÁRIA

A concentração existente no setor bancário levanta algumas questões, tais como: concorrência entre os bancos, custos dos empréstimos, retorno dos investimentos, eficiência bancária e até mesmo a estabilidade financeira.

A concorrência é mais forte nos países com menor restrição à atividade bancária e à entrada de novos concorrentes. TIROLE⁶, citado por BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO (2005, p. 127), afirma que a presença de concorrentes potenciais é suficiente para criar uma situação de concorrência e impor disciplina aos bancos existentes no mercado.

⁶ TIROLE, J. *The theory of industrial organization*. Cambridge: MIT Press, 1988.

A diversificação dos grandes bancos, que permite enfrentar melhor os choques, é uma vantagem da concentração bancária. O mercado concentrado também torna a administração do setor mais eficiente e menos arriscada. No entanto, a concentração do mercado bancário pode contribuir para aumentar o grau de risco assumido pelas instituições, em função do risco moral, fazendo com que o sistema bancário se torne mais frágil e menos transparente (BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO, 2005, p. 129).

Existem evidências de que os mercados muito concentrados normalmente pagam taxas de juros mais baixas pelos depósitos e também cobram taxas mais altas pelos empréstimos (BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO, 2005, p. 126). No entanto, alguns estudos com avaliação da estrutura de mercado (verificando, portanto, o nível de concorrência) mediram a forma como os bancos reagem à flutuação dos custos. Os resultados mostraram que os mercados mais competitivos reagem mais. Os autores completam: “controlando-se o nível de desenvolvimento (medido por produto interno bruto *per capita*), não existe uma correlação estatisticamente significativa entre concentração bancária e a margem entre as taxas de juros ou a rentabilidade bancária”.

Os autores abordam ainda a questão relativa à concentração bancária e ao crédito. Para eles, “(...) as mudanças no crescimento do PIB estão relacionadas a menores flutuações do crédito agregado nos países com maiores níveis de concentração bancária” (BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO, 2005, p. 130). Percebe-se então que o mercado bancário mais concentrado está associado a uma menor volatilidade do crédito, salientando que a maior concentração do mercado não está associada necessariamente a uma menor concorrência.

Importante destacar que a qualidade das instituições financeiras, independente da concorrência e concentração, pode afetar o desenvolvimento econômico, em razão da existência de mercados financeiros maiores, mais estáveis e eficientes.

No próximo tópico aborda-se o risco de crédito, de fundamental importância para as instituições financeiras, pois créditos mal administrados podem gerar grandes perdas.

2.6 RISCO DE CRÉDITO

Crédito, para os bancos, “consiste em colocar à disposição do cliente determinado valor mediante promessa de pagamento em uma data futura, por um preço previamente acordado” (BANCO DO BRASIL, 2004, p. 21). Nesse sentido, em que há apenas a promessa de pagamento, existe o risco de ela não ser cumprida. Vale ressaltar que, quanto maior a distância no tempo entre a concessão do crédito e o pagamento, maior será o risco.

A expressão risco de crédito, conforme SILVA (1993, p. 34), “serve para caracterizar os diversos fatores que poderão contribuir para que aquele que concedeu o crédito não receba do devedor na época acordada”. Já GREMAUD, VASCONCELLOS e TONETO JÚNIOR (2006, p. 246) abordam o risco de não-pagamento: “corresponde ao fato de o tomador dos recursos não poder pagar o empréstimo.”

O risco de crédito está relacionado, então, à probabilidade de o tomador do crédito não cumprir a promessa de pagamento feita no momento da contratação. Pode-se analisar ainda sob a ótica do prestador, ou seja, a probabilidade de perda pelo aplicador decorrente da incapacidade (parcial ou total) de pagamento do tomador.

O risco de crédito é composto pelos seguintes riscos (BANCO DO BRASIL, 2004, p. 29):

- a) risco do cliente: decorrente das características do tomador do recurso (caráter, capacidade, condições, capital, conglomerado e colateral);
- b) risco da operação: relacionado à finalidade e natureza do empréstimo, como tipo de produto financiado, valor, prazo, forma de pagamento, garantias exigidas e taxas cobradas;
- c) risco da concentração do crédito: possibilidade de perdas advindas da não diversificação do crédito, que pode ocorrer quando as operações estão restritas a um número pequeno de clientes, a um setor de atividade econômica, a uma região geográfica, entre outros;

- d) risco da administração do crédito: está ligado à condução das operações de crédito, ou seja, aos procedimentos adotados para concessão e liberação dos recursos, aos meios utilizados para acompanhamento e fiscalização e também aos profissionais envolvidos em todo o processo.

As medidas adotadas pelas instituições financeiras para a diminuição dos riscos de crédito, conforme GREMAUD, VASCONCELLOS e TONETO JÚNIOR (2006, p. 248), são: exigência do maior número possível de garantias ou aval, adoção de caráter conservador, busca de diversificação tanto de tomadores como de operações, exigência de comprometimento de recursos próprios dos tomadores, elaboração de contratos complexos e com cláusulas restritivas quanto à utilização dos recursos, e também monitoramento de sua utilização.

A dificuldade de criar garantias para as operações de crédito representa um dos principais entraves ao desenvolvimento do mercado de crédito. Esse fato justifica-se em razão dos altos custos enfrentados pelos credores para reaver operações inadimplidas, além do risco de maiores perdas (BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO, 2005, p. 172). Os autores apresentam ainda os requisitos para que a garantia das operações seja satisfatória:

- a) eficiente registro de propriedades;
- b) normas claras quanto aos ativos que podem ser dados em garantia;
- c) regras que possam ser cumpridas;
- d) instituições eficientes que permitam aos credores levantar os ativos dados em garantia de forma rápida em caso de inadimplência.

É importante destacar que a garantia das operações, além de proteger os credores, favorece também os aplicadores do sistema financeiro, ao proporcionar maior segurança e garantia dos recursos depositados.

O controle do risco de crédito é uma preocupação para os administradores de instituições financeiras, pois problemas com o crédito concedido podem gerar perdas significativas. Nesse sentido, cada instituição, por meio de sua própria experiência e condições tecnológicas, desenvolve uma maneira de avaliar e administrar o risco de crédito, de forma a reduzi-lo (que poder ser, por exemplo, por meio do monitoramento

dos clientes ou do crédito concedido). Vale salientar que a relação de longo prazo estabelecida entre um banco e seus clientes permite, ao mesmo tempo em que reduz a assimetria de informação, reduzir o risco de crédito.

Para finalizar o Referencial Teórico desse trabalho, o último tópico aborda um assunto de grande importância no setor financeiro pelo fato de contribuir para a redução do risco de crédito: a informação assimétrica.

2.7 INFORMAÇÃO ASSIMÉTRICA

Os agentes envolvidos em uma transação no mercado financeiro têm que lidar com informação assimétrica, pois muitas vezes não têm informações relevantes e suficientes sobre a outra parte. MISHKIN (2000, p. 23) salienta que, por causa da desigualdade de informações, “uma parte frequentemente não sabe o suficiente sobre a outra parte para tomar decisões precisas.”

A existência da assimetria de informação no mercado de crédito faz com que ele não se comporte da mesma forma que os mercados competitivos de bens e serviços, em que os desajustes entre a oferta e a demanda são equilibrados por meio do preço. A falta de informação sobre os tomadores de empréstimos é um dos principais motivos que impedem a expansão do crédito.

A informação assimétrica pode gerar duas consequências no mercado de crédito conforme HILLBRECHT (1999, p. 23): a seleção adversa, que ocorre antes de a transação financeira ser realizada, e o risco moral, que ocorre após a realização.

A seleção adversa acontece quando existe desconhecimento total ou parcial das partes envolvidas na transação, possibilitando que a escolha feita seja inadequada, justamente pela falta ou insuficiência de informações. A informação assimétrica deve ser eliminada com o fornecimento de detalhes verdadeiros a respeito dos envolvidos nas transações (HILLBRECHT, 1999, p. 23). Em um banco, o tomador de empréstimo tem mais informações sobre o risco e o retorno de seu potencial investimento do que a instituição financeira. Esse fato pode fazer com que os recursos deixem de ser liberados para bons empreendedores, ou até mesmo sejam concedidos empréstimos

para projetos ruins ou com risco elevado. A seleção adversa é agravada com o aumento da taxa de juros, uma vez que somente as empresas e indivíduos com grande necessidade de recursos solicitam empréstimos quando a taxa de juros é alta, fazendo com que o risco seja alto para a instituição financeira. GREMAUD, VASCONCELLOS e TONETO JÚNIOR (2006, p. 249) complementam: “um aumento na taxa de juros levaria à piora na qualidade dos tomadores, podendo diminuir o retorno das instituições pelo maior grau de inadimplência”.

Já o risco moral é definido por HILLBRECHT (1999, p. 23) como a possibilidade de a transação não ser cumprida por uma das partes contratantes em virtude de má administração ou de defeitos de caráter. Nos bancos, isso ocorre quando o tomador de empréstimo utiliza os recursos financeiros para um fim diferente do especificado em contrato, como por exemplo, ao tomar recursos para investimento numa nova máquina, o valor é utilizado para pagamento de dívida trabalhista. Para GREMAUD, VASCONCELLOS e TONETO JÚNIOR (2006, p. 249), o aumento da taxa de juros induz o risco moral, pois os tomadores tendem a aplicar os recursos em projetos mais ousados, buscando maiores retornos, porém com risco maior, podendo levar ao aumento da inadimplência.

Vale ressaltar que a assimetria de informações pode afetar o comportamento dos tomadores individualmente (risco moral) ou afetar o grau de risco do conjunto de tomadores de crédito (seleção adversa) e gerar um racionamento do crédito. Para CARVALHO et al. (2000, p. 80), racionamento de crédito é a “situação em que os emprestadores se recusam a fazer empréstimos mesmo que os tomadores estejam dispostos a pagar a taxa de juros estabelecida ou mesmo uma taxa maior. (...) é uma condição no mercado de empréstimos em que a oferta de fundos do emprestador é menor que a demanda do tomador, às taxas de juros e termos contratuais correntes.”

O racionamento de crédito pode ocorrer de duas formas segundo CARVALHO et al. (2000, p. 81):

- a) quando o emprestador recusa-se a fazer um empréstimo a um tomador mesmo que ele aceite uma taxa de juros mais elevada (aqui percebe-se a

seleção adversa, pois indivíduos e empresas com projetos mais arriscados aceitam pagar juros mais altos);

- b) quando o empréstador restringe o empréstimo a um valor menor do que o tomador gostaria (nesse caso poderia ocorrer o risco moral, pois quanto maior o empréstimo, maior a probabilidade de o tomador realizar atividades que diminuam a possibilidade de pagamento).

Uma vez que a informação assimétrica pode acarretar o racionamento do crédito, as instituições financeiras exercem um papel importante na economia ao canalizar recursos dos poupadores para os tomadores, contribuindo para diminuir a seleção adversa e o risco moral.

Existem dois tipos de assimetria de informação: uma relacionada ao conhecimento do banco sobre seus clientes e aquela que diz respeito ao conhecimento de um banco sobre os clientes de outro banco (BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO, 2005, p. 183).

Nesse sentido, os serviços de registro e consulta de crédito, sejam do setor privado ou público, ao contribuir para reduzir a informação assimétrica, desempenham importante papel para o desenvolvimento financeiro, para a redução da inadimplência e para o aumento do acesso ao crédito.

Vale ressaltar que, para garantir o funcionamento e os benefícios dos serviços de crédito, a qualidade das informações é imprescindível. “Os dados mais importantes dos registros de crédito são fundamentalmente listados com a correta identificação do devedor e seu histórico de pagamentos” (BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO, 2005, p. 188). A informação sobre a situação financeira das pessoas ou empresas também é importante, no entanto, mais salutar ainda é que as informações fornecidas sejam confiáveis.

É importante mencionar também que para a redução da seleção adversa e do risco moral nas instituições financeiras são necessários, além da existência de informações suficientes, o monitoramento e a regulamentação das transações, o uso de garantias e de cláusulas restritivas nos contratos, entre outros.

3 A ATUAÇÃO DO BANCO DO BRASIL E SUA PARTICIPAÇÃO NO MERCADO

Neste capítulo são apresentados o histórico, o perfil e a participação do Banco do Brasil S.A. no mercado, e também as principais linhas de crédito disponibilizadas para os clientes pessoa física. Vale lembrar que o objetivo do estudo está focado no período compreendido entre os anos de 2003 e 2006, dessa forma, os dados utilizados neste capítulo são do ano de 2006 (quantidade de funcionários, lucro, características das linhas de crédito).

3.1 HISTÓRICO

Em 1808, quando o Brasil passou a sede da Coroa, Dom João trouxe a imprensa, abriu os portos e, em 12 de outubro, assinou o alvará que criava um banco nacional no Rio de Janeiro. O Banco do Brasil (BB), instituído como organização comercial autônoma, contava com a captação de recursos privados para dar início às suas atividades. As principais razões para a sua criação foram: falta de moeda, deficiência do dinheiro e escassez do meio circulante.

Com a declaração da Independência do Brasil, em 1822, o apoio do Banco do Brasil foi importante para que as autoridades mantivessem escolas e hospitais, e equipassem os navios que asseguraram a independência do país.

Em 1828 o Banco do Brasil estava falido e, em setembro de 1829, foi promulgada uma lei que o extinguiu, acusado de que suas emissões contribuíam para a desvalorização do meio circulante e elevação dos preços. No entanto, em 8 de outubro de 1833, foi aprovada lei que visava a coibir a desordem financeira, fixava um novo padrão monetário e restabelecia o Banco do Brasil.

Em 17 de outubro de 1853, ocorre o lançamento de ações do Banco, e verifica-se grande procura pelos papéis: em apenas duas horas, apesar do ágio cobrado pelo governo, os pedidos superam o limite de ações à disposição do público. Dona

Tereza Cristina, Imperatriz do Brasil e Dona Maria II, Rainha de Portugal, estão entre os maiores subscritores das ações.

Em 1863 o Banco do Brasil transformou-se no único órgão emissor de capital do Império, sem no entanto sanear o problema de insuficiência de fundos disponíveis para garantir os financiamentos exigidos pelo desenvolvimento econômico. A Lei nº 1.349, de 1866, cessava sua faculdade de emissão, passando a ser um instituto de depósitos, descontos e de empréstimos sobre hipotecas.

O Banco do Brasil passou a destacar-se como instituição de fomento econômico a partir do final da década de 1880. As primeiras linhas de crédito para a agricultura foram utilizadas no recrutamento de imigrantes europeus para assentamento em lavouras de café.

Em 1889, com a Proclamação da República, o Banco do Brasil cooperou na gestão financeira do novo regime político e destacou-se como agente saneador das finanças.

A terceira e atual fase do Banco teve origem com o Decreto nº 1.455, de 30 de dezembro de 1905. A instituição reorganizada ficou sob o controle direto da União (o Tesouro comprou cerca de um terço das ações). A partir do ano seguinte, as suas ações ordinárias passaram a ser negociadas nas bolsas de valores. Já as ações preferenciais, somente a partir de 1973.

Em 1915 o governo autorizou nova emissão de notas do Tesouro e títulos federais de longo prazo, destinando parte delas para a expansão das atividades do Banco do Brasil, que teria um papel importante como estabilizador das condições de crédito do país. Apesar da crise da indústria e do comércio em 1918, o Banco mantinha sua posição de solidez, firmando-se como estabelecimento de crédito.

Com a crise internacional de 1929, a demanda pela exportação do café brasileiro foi reduzida, fazendo com que grandes estoques ficassem excedentes. Nesse período, o Banco do Brasil financiou a compra dos estoques excedentes pelo governo.

Nos anos de 1938 e 1939, a Carteira de Crédito Agrícola e Industrial, autorizada por lei, lançou um novo papel próprio, as Letras Hipotecárias, com o objetivo de desafogar o grave endividamento da agricultura brasileira, reduzindo as

taxas de juros em empréstimos com garantia de propriedades rurais. As dívidas dos produtores eram renegociadas, e o pagamento feito com as Letras, transferindo-se as hipotecas para o Banco do Brasil.

Em 1945 o Banco do Brasil possuía cerca de 33% de todos os empréstimos bancários, para financiar entre outros: Tesouro Nacional, agricultura, indústria, comércio. Em 1948 o crédito do Banco apresentou crescimento real de 4% e era voltado principalmente para a indústria. Nos anos seguintes, em que ocorreu a redução dos empréstimos ao Tesouro Nacional, a expansão do crédito do Banco esteve ligada às atividades comerciais. Já em 1953, os empréstimos do Banco do Brasil ao Tesouro Nacional cresceram 89% e os destinados às atividades econômicas expandiram apenas 18%.

Em maio de 1955 as operações do Banco do Brasil foram limitadas pelo governo a empréstimos para o comércio, indústria e lavoura, com prazo máximo de 120 dias. No ano seguinte, visando a estimular o desenvolvimento das empresas privadas, o Banco, com crédito provido pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE), supria suas necessidades com recursos de longo prazo, juros baixos e carência para pagamento.

O Programa de Estabilização Monetária (PEM), instituído em 1958, implantava um orçamento limite e fixava taxas mensais para expansão dos empréstimos e depósitos do Banco do Brasil. No entanto, o Banco nunca se submeteu às metas do Programa pois tinha como aliados a indústria, que defendia a preservação de sua fonte de capital de giro, e os cafeicultores, que estavam preocupados com a política de compra pelo governo.

Em 1960 a sede do Banco do Brasil foi transferida para Brasília no dia da inauguração da capital, 21 de abril.

A Lei da Reforma Bancária (nº 4.595), de 31 de dezembro de 1964, que criou o Banco Central e o Conselho Monetário Nacional (CMN), marcou o início do processo de transformação dos papéis desempenhados pelo Banco. Com a nova legislação, ele passou a ser conceituado como instrumento de execução da política creditícia e financeira do governo federal.

No ano de 1969 o Banco lançou o primeiro cheque especial do mercado: Cheque Ouro, fato que contribuiu para a pulverização do crédito.

Em 1983 o Banco do Brasil já possuía 2.400 agências. Em abril de 1984, ocorreu a colocação de 2,9 bilhões de ações no mercado em apenas 13 dias. Com isso, ele passou a ter 273 mil novos acionistas. Essa foi a última grande colocação de papéis fora das bolsas de valores.

A extinção da Conta Movimento, em 1986, representou uma grande transformação para o Banco do Brasil, pois esse mecanismo assegurava o suprimento automático de recursos para suas operações. No entanto, ele foi autorizado a atuar em todos os segmentos de mercado permitidos às demais instituições financeiras.

No ano de 1987 o Banco recebeu autorização para lançar novos produtos: Poupança Ouro, Fundos de Investimento e o Ourocard, o primeiro cartão de múltiplo uso do mercado brasileiro. Com isso, conquistou novos segmentos do mercado, baseado no *marketing* do Cheque Ouro. Vale destacar que os novos produtos contribuíram para a expansão do crédito, tanto na captação como na oferta de recursos.

O Banco assumiu papel estratégico para a implantação do Plano Real, em 1994. A instituição foi responsável pela substituição da moeda em curto espaço de tempo em todo o país. Em 1º de julho, já havia distribuído R\$ 3,8 bilhões às 31 mil agências bancárias do país.

Em 1995 o Banco do Brasil contabilizou um prejuízo de R\$ 4,2 bilhões. A empresa passou por uma reestruturação para se adaptar à nova conjuntura econômica. Cerca de 13.300 funcionários foram desligados pelo Programa de Desligamento Voluntário (PDV). Em 1996, ele recebeu um aporte de capital de R\$ 8 bilhões, passando então o Tesouro a deter cerca de 73% do capital (que era de 30%).

Por meio de ajustes na estrutura administrativa e operacional e com a adoção de medidas rigorosas para conter despesas e ampliar receitas, em 1997 o Banco do Brasil voltou a apresentar lucro (R\$ 573,8 milhões).

Em 2000, o Banco consolidou-se como a instituição financeira brasileira com maior presença na Internet, com o lançamento do Portal Banco do Brasil, abrigando

sites de investimentos, agronegócios, negócios internacionais, relações com investidores, notícias, cultura e esportes.

Desde 30 de abril de 2001, ele adota a configuração de Banco Múltiplo, atuando como os demais bancos brasileiros, trazendo vantagens como redução dos custos, racionalização de processos e otimização da gestão financeira e fisco-tributária. Em continuidade ao processo de modernização iniciado em 1995, o Banco aprovou a nova configuração de Conglomerado, com o objetivo de tornar o processo decisório mais ágil e seguro.

No ano de 2002, o seu Estatuto Social foi adequado para garantir maior transparência e melhores práticas de Governança Corporativa, inclusive efetuando a conversão das ações preferenciais em ordinárias.

O Banco do Brasil, primeira empresa brasileira a listar suas ações em bolsa de valores brasileira, foi também a primeira instituição federal a ser listada no Novo Mercado da Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa). Em 2006, quando completou 100 anos de listagem em Bolsa de Valores, aderiu ao Novo Mercado, comprometendo-se com a transparência dos atos de gestão, a prestação de contas, a equidade total entre os acionistas, e a responsabilidade sócio-ambiental, contribuindo para um melhor relacionamento com a sociedade, os clientes, os parceiros e os funcionários.

3.2 PERFIL DA EMPRESA

O Banco do Brasil S.A. é uma companhia aberta de direito privado, de economia mista, autorizado a funcionar pelo Banco Central do Brasil, que opera no segmento de banco múltiplo. Dentre as suas principais atribuições destacam-se: agente financeiro do Tesouro Nacional, serviço de compensação de cheques e outros papéis, financiamento da produção e comercialização agrícola, execução administrativa da política de comércio exterior.

Sua administração é realizada por um Conselho de Administração composto por um presidente e sete vice-presidentes, que atuam nas seguintes áreas: Negócios

Internacionais e Atacado; Varejo; Agronegócios e Governo; Finanças, Mercado de Capitais e Relações com Investidores; Tecnologia e Logística; Gestão de Pessoas e Responsabilidade Socioambiental; Crédito, Controladoria e Risco Global.

O Banco do Brasil apresentava em 2006 um quadro de 82.700 funcionários. Além disso, contava ainda com 10.400 estagiários, 5.000 contratados temporários e mais de 4.000 adolescentes trabalhadores. A tabela a seguir apresenta um comparativo do perfil dos funcionários nos anos de 2003 e 2006.

TABELA 1 - PERFIL DOS FUNCIONÁRIOS DO BANCO DO BRASIL - 2003, 2006

FUNCIONÁRIOS	dez/2003	dez/2006
Quantidade	80.640	82.700
Gênero (%)		
Homens	65,0	64,0
Mulheres	35,0	36,0
Faixa Etária (%)		
até 25 anos	11,2	9,2
26 a 35 anos	22,8	29,3
36 a 45 anos	36,8	31,7
acima de 45 anos	29,2	29,8
Escolaridade (%)		
Pós-graduação	8,5	15,0
Superior	44,2	46,0
Média	43,9	38,0
Fundamental	3,4	1,0
Etnia (%)		
Amarela	2,9	2,8
Branca	75,1	76,6
Indígena	0,5	0,1
Negra	1,7	2,0
Parda	14,1	18,5
Não informada	5,7	0,0
Cargos de gerência (%)		
Homens	74,0	72,0
Mulheres	26,0	28,0

FONTE: Banco do Brasil

Em 2006 o Banco do Brasil possuía 15,1 mil pontos de atendimento distribuídos em 3,1 mil cidades e 22 países. No Brasil são mais de 4 mil agências e mais de 40 mil caixas eletrônicos e no exterior conta com mais de 40 pontos de atendimento, divididos em agências, subagências, unidades de negócios/escritórios e subsidiárias.

Em dezembro 2006 as ações do Banco do Brasil estavam assim distribuídas: 68,7% com o Tesouro Nacional, 11,4% com a Previ (fundo de pensão dos funcionários do Banco), 5,0% com o BNDES Participações (BNDESpar, empresa subsidiária do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES). O restante estava pulverizado no mercado de ações da seguinte forma: 4,2% com pessoas físicas, 3,4% com pessoas jurídicas e 7,2% com capital estrangeiro.

A missão do Banco do Brasil está assim definida: “Ser a solução em serviços e intermediação financeira, atender às expectativas de clientes e acionistas, fortalecer o compromisso entre os funcionários e a Empresa e contribuir para o desenvolvimento do País.”

A gestão de pessoas do BB enfatiza a ética nas relações internas e com os clientes, o compromisso, a motivação e também a qualidade do trabalho e de vida.

Visando a garantir um diferencial competitivo e a aumentar sua capacidade de integração no ambiente dos negócios cada vez mais competitivo, o Banco prioriza o aprimoramento profissional dos funcionários, investindo continuamente na capacitação e na formação das pessoas de todos os níveis hierárquicos da empresa. Nesse sentido, conta com vinte Centros Regionais de Gestão de Pessoas no país, os chamados GEPES, que desenvolvem atividades de treinamento e desenvolvimento dos funcionários.

Todos os anos o BB disponibiliza bolsas de estudo para cursos de graduação, pós-graduação (especialização, mestrado e doutorado) e cursos de idiomas, além de oferecer continuamente diversas modalidades de treinamento interno por meio da Universidade Corporativa (UniBB): cursos auto-instrucionais, grupos de estudos nas agências (para estudo dos cursos auto-instrucionais, de novos produtos, mudanças na legislação e políticas governamentais, econômicas e cambiais), intranet corporativa

com notícias e cursos que oferecem certificação. Em 2006 o Banco concedeu 6,8 mil bolsas de graduação presencial e à distância, 2 mil bolsas de MBA à distância e 464 para estudos de língua estrangeira.

O Banco instituiu meta individual de no mínimo 30 horas de treinamento anual com foco no desenvolvimento de competências necessárias para a excelência profissional e com impacto na pontuação que define a participação nos lucros. A meta foi cumprida por 96,7% dos funcionários, e o tempo médio de treinamento observado superou 120 horas.

O Banco do Brasil conta também com uma comunicação interna eficiente. Alguns dos principais canais de comunicação presentes no Banco são: Agência de Notícias em meio eletrônico, revista interna *bb.com.você*, Boletim Executivo distribuído por e-mail aos executivos da empresa, TV Banco do Brasil, Internet e Intranet, além da ouvidoria interna. São realizadas também reuniões periódicas nos diversos ambientes de trabalho (superintendências, agências, setores) para que todos os funcionários sejam informados sobre as metas a serem cumpridas, os resultados obtidos e os assuntos que afetam o seu trabalho, entre outros.

Semestralmente é feita a avaliação dos funcionários por meio da Gestão de Desempenho por Competências, em que todos são avaliadores (a avaliação é realizada por múltiplas fontes: auto-avaliação, avaliação dos subordinados, do superior imediato e dos pares). O desempenho de cada funcionário é avaliado sob cinco perspectivas: financeira, clientes, processos internos, comportamento organizacional e sociedade.

O BB conta também com um Código de Ética e com Normas de Conduta que sistematizam os valores essenciais praticados pelo Conglomerado nos relacionamentos com os diversos segmentos da sociedade, propiciando a disseminação e o compartilhamento desses valores nos âmbitos interno e externo, e estimulando a reflexão sobre o exercício profissional responsável. Entre os valores éticos que fundamentam suas relações, o Banco do Brasil e seus funcionários adotam os seguintes como prioritários e comuns a todos os relacionamentos: justiça, responsabilidade, confiança, civilidade e respeito.

O Banco do Brasil conta ainda com uma marca forte que agrega valor às suas operações. Em 2006 foi apontado pela 16ª vez como o banco mais lembrado entre os brasileiros pelo prêmio *Top of Mind*. A marca Banco do Brasil foi avaliada em R\$ 5,1 bilhões pela pesquisa da *Brand Finance*, publicada na revista Época.

O Banco do Brasil desenvolve diversos projetos que beneficiam a comunidade, promovendo a inclusão social, pela geração de trabalho e renda. Entre eles, pode-se destacar: Programa Voluntariado BB, Programa Adolescente Trabalhador, Programa de Inclusão Digital, Programa de Ecoeficiência, patrocínio ao esporte brasileiro, apoio à cultura e ações de Desenvolvimento Regional Sustentável.

3.3 PARTICIPAÇÃO NO MERCADO

3.3.1 Mercado de Crédito

O Banco do Brasil apresentou lucro líquido de R\$ 6,044 bilhões em 2006, valor 45,5% superior ao do ano anterior. Esse resultado foi influenciado pelo crescimento de 30,8% da carteira de crédito, que atingiu R\$ 133 bilhões, e superou o desempenho da indústria financeira. O volume total de crédito do sistema financeiro alcançou R\$ 732 bilhões, que representa um crescimento de 20,7% no ano. A tabela a seguir apresenta a comparação entre as carteiras de crédito dos maiores bancos do país (considerando volume de crédito total) nos anos de 2005 e 2006.

TABELA 2 - CARTEIRA DE CRÉDITO DOS MAIORES BANCOS - 2005-2006

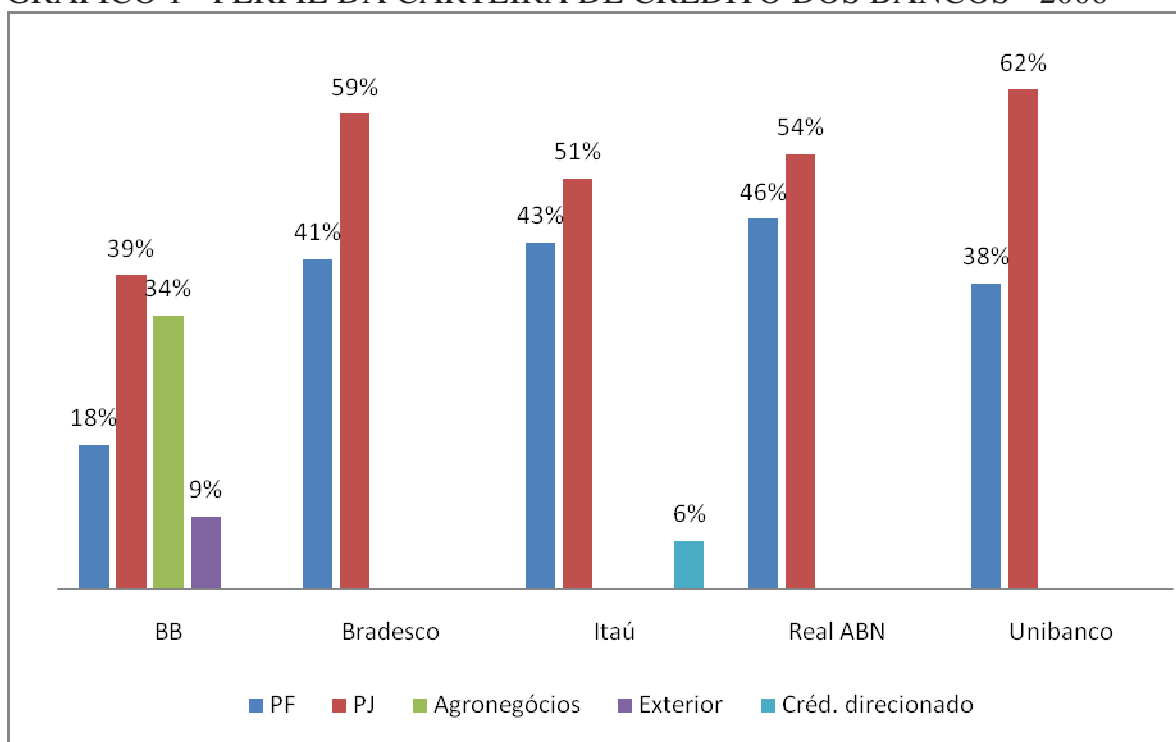
PERÍODO	CRÉDITO TOTAL (em R\$ milhões)				
	BB	Bradesco	Itaú	Real ABN	Unibanco
Dez/05	101.789	81.130	60.636	39.539	39.875
Dez/06	133.157	96.219	84.148	49.651	45.361
% Variação	30,8	18,6	⁽¹⁾ 38,8	25,6	13,8

FONTES: Banco do Brasil, Bradesco, Itaú, Real ABN, Unibanco

(1) O expressivo crescimento da carteira do Itaú ocorreu devido à consolidação do BankBoston, que acrescentou R\$ 9 bilhões à sua carteira.

A evolução das carteiras de crédito dos bancos em 2006 confirmou a maior expansão do crédito para clientes pessoa física, com exceção do Banco do Brasil e do Real ABN, em que houve maior crescimento no crédito para clientes pessoa jurídica. O gráfico abaixo representa o perfil das carteiras de crédito dos maiores bancos do país (considerando o volume de crédito total).

GRÁFICO 1 - PERFIL DA CARTEIRA DE CRÉDITO DOS BANCOS - 2006



FONTES: Banco do Brasil, Bradesco, Itaú, Real ABN, Unibanco

Apresentam-se resumidamente a seguir as estratégias de crédito para clientes pessoa física dos maiores bancos no ano de 2006:

- a) Banco do Brasil: o crédito para clientes pessoa física, que representava 18% da carteira de crédito, chegou a R\$ 24 bilhões (crescimento de 30,5% no ano). O crédito consignado, que atingiu o volume de R\$ 8,3 bilhões, foi destaque, uma vez que o Banco conquistou 17,2% de participação nesse mercado (contra 12,3% no ano anterior). O financiamento de veículos apresentou evolução de 375% pela reestruturação realizada no produto, atingindo R\$ 894 milhões em dezembro de 2006. As estratégias para a

expansão da carteira de crédito para clientes pessoa física, em consonância com o objetivo desse trabalho, serão estudadas detalhadamente no Capítulo 5;

- b) Bradesco: buscou consolidar os acordos realizados com redes varejistas e bancos, e com isso a carteira de crédito para clientes pessoa física foi impulsionada pelo financiamento ao consumo, principalmente nas linhas de cartões, *leasing* e financiamento de veículos (Banco Finasa), que cresceram no ano 87,6%, 175,6% e 18,6%, respectivamente. Com isso, a carteira de crédito para pessoa física chegou a R\$ 39,6 bilhões. Destaca-se também o incremento de 18,6% na carteira de crédito pessoal, alavancado pela utilização de limites pré-aprovados. Além disso, ressalta-se a parceria firmada com a American Express Company, pela qual o Bradesco assumiu as operações de cartão de crédito no Brasil;
- c) Itaú: o crescimento mais expressivo ocorreu no financiamento e *leasing* de veículos (64,7%), seguido do crédito pessoal (28,7%) e das operações de cartão de crédito. O crédito pessoal foi influenciado pela adoção de políticas de crédito mais restritivas, pela utilização do 13º salário para redução de dívidas de cheque-especial e por ajustes nos critérios de renegociação de operações de crédito. A evolução dos negócios foi também fortemente influenciada pela aquisição do BankBoston;
- d) Real ABN: o financiamento de veículos realizado por intermédio da Aymoré cresceu 31,7% no ano, atingindo R\$ 12,8 bilhões;
- e) Unibanco: privilegiou o financiamento ao consumo por meio dos segmentos de cartão de crédito e crédito pessoal, com ênfase na expansão das operações da Fininvest e da Hipercard. Investiu também na constituição de novas parcerias com os grupos Ipiranga (constituição de uma sociedade de crédito, financiamento e investimento), VR (concessão de crédito e financiamento de produtos) e Banco Cruzeiro do Sul (associação para desenvolvimento de negócios em conjunto na área de crédito consignado, com a criação de uma empresa financeira). As

empresas de cartão de crédito Unicard, Hipercard e Redecard foram responsáveis pelo crescimento da carteira de cartões em 26,7% no ano, alcançando R\$ 5 bilhões.

O crédito para clientes pessoa jurídica dos principais bancos será abordado resumidamente nos próximos parágrafos.

No Banco do Brasil, as operações com clientes pessoa jurídica do mercado atacado (grandes e médias empresas e agroindústrias) alcançaram o saldo de R\$ 45,6 bilhões em 2006 (crescimento de 53% no ano). As operações de capital de giro lideraram o crescimento da carteira. Já a carteira de crédito para pessoa jurídica do segmento micro e pequenas empresas chegou a R\$ 18,3 bilhões (aumento de 18,7%). Os principais produtos oferecidos no segmento empresas foram: Recebíveis, BB Giro Rápido e Proger Urbano Empresarial.

No Itaú, a consolidação das operações do BankBoston provocou sensível mudança no *mix* da carteira, com aumento da participação das operações de crédito das micro, pequenas e médias empresas, e deverá trazer ganhos de escala nesse segmento. Em 2006 as operações com micro e pequenas empresas totalizaram R\$ 20 milhões, acréscimo de aproximadamente 60% no ano.

Já no Real ABN, o destaque foi para o crédito a pequenas e médias empresas, crescendo 35% no ano, alcançando R\$ 21,7 milhões.

No Bradesco, o desempenho das carteiras de capital de giro e repasses do BNDES foram responsáveis pela expansão do crédito aos clientes pessoa jurídica, que chegou a R\$ 53 bilhões (crescimento de 18,2% no ano).

No Unibanco, o crescimento mais expressivo foi no financiamento para micro e pequenas empresas, que atingiu o saldo de R\$ 8,5 milhões, com incremento de 16% no ano, destacando-se a contratação de operações de capital de giro e recebíveis.

Além do crédito para clientes pessoa física e pessoa jurídica, no Banco do Brasil é importante destacar o financiamento ao agronegócio. A carteira de crédito de agronegócios apresentou aumento de 26,2% no ano de 2006 e totalizou o volume de R\$ 45 bilhões. Parte do crescimento ocorreu em função da renegociação de operações com produtores rurais.

3.3.2 Demais Mercados

No Banco do Brasil, contribuindo para o aumento do lucro líquido em 2006, conforme mencionado no tópico anterior, percebeu-se também um crescimento das receitas de operações de crédito, que chegaram a R\$ 21,6 bilhões (aumento de 12,6%).

Vale destacar que, ao mesmo tempo em que ocorreu a evolução das carteiras de crédito do BB, a inadimplência da carteira foi reduzida para 2,9% no ano de 2006. A redução da inadimplência está associada, dentre outras ações, à implementação de solução de cobrança na visão do cliente e do novo processo de cobrança de dívidas de varejo, bem como ao processo de renegociação das dívidas rurais.

As operações classificadas nos níveis de risco AA, A, B e C eram responsáveis por 91% da carteira de crédito do Banco do Brasil em 2006. No sistema financeiro nacional a participação era semelhante, com 90,6%. Nesse ano, somente o BB apresentou melhora de participação em todas as faixas de risco, refletida principalmente pela redução do risco da carteira de agronegócios. O Unibanco apresentou melhora nas faixas de AA a C e D a G. Já o Itaú apresentou queda de 2,7 p.p. nas faixas de AA a C, e aumento de 2,4 p.p. na faixa H.

O Banco do Brasil manteve-se, no final do ano de 2006, na posição de maior banco do país, com 24,4 milhões de correntistas (22,8 milhões de pessoas físicas e 1,6 milhão de pessoas jurídicas). Em seguida estão o Bradesco com 16,8 milhões de correntistas e o Itaú com 12,9 milhões. Além disso, o BB possui quase 9 milhões de clientes não correntistas, entre poupadores e beneficiários do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS).

O Banco do Brasil possuía em 2006 a maior rede própria de atendimento (15.113 pontos em 3.138 municípios) e a maior rede de terminais de autoatendimento (39.661 máquinas). No total de agências e postos de atendimento bancários, também é o destaque, com 5.205 pontos, seguido do Bradesco, com 4.064, e do Itaú, com 3.383. Além disso, o BB possuía a liderança na realização de transações pelos canais alternativos de atendimento. Cerca de 90% das transações do ano de 2006 foram realizadas por meio dos terminais de autoatendimento, Internet, *Mobile Banking* e

Gerenciador Financeiro (para clientes pessoa jurídica). Mais de 8 milhões de clientes estão habilitados na Internet e *Mobile Banking*.

A BB DTVM, subsidiária integral do Banco do Brasil, tinha ao final de 2006 mais de R\$ 182 bilhões de recursos administrados (19% de participação do mercado) e era a maior administradora de recursos de terceiros da América Latina, seguida do Itaú (R\$ 159 bilhões e participação de 16,7%) e Bradesco (R\$ 124 bilhões, com participação de 13% no mercado). O Banco segue padrões internacionais de administração de recursos, conforme comprovado pela agência de *rating Moody's*, que classificou a BB DTVM como *Manager Quality* (MQ1), que é o mais alto grau de “*Rating de Qualidade em Gestão de Investimento*”.

O Banco do Brasil tinha também, em 2006, a liderança na captação de recursos. No final do ano, os depósitos totais somavam R\$ 158,8 bilhões (aumento de 15,4%). Os depósitos à vista atingiram R\$ 40 bilhões, os depósitos a prazo R\$ 76,9 bilhões e os recursos em poupança somavam R\$ 36,7 bilhões; além disso, os depósitos interfinanceiros e para investimento complementam os depósitos totais. Considerando apenas os depósitos à vista, a prazo e de poupança no país, o BB contava com R\$ 119,6 bilhões, o Bradesco R\$ 83 bilhões e o Itaú R\$ 59 bilhões.

No ano de 2006 o BB manteve-se líder entre os bancos brasileiros em financiamento ao comércio exterior, oferecendo produtos como Adiantamento sobre Contrato de Câmbio (ACC) e Adiantamento sobre Cambiais Entregues (ACE). O Banco encerrou o ano como líder nos mercados de câmbio de exportação, com participação de 26,5%, e de importação, com 23,8%, o que comprova a posição de destaque frente ao comércio internacional.

O Banco do Brasil mantinha ainda, em 2006, a liderança no *ranking* por ativo total, com um valor de R\$ 296,4 bilhões, seguido do Bradesco (R\$ 265 bilhões) e do Itaú (R\$ 209 bilhões).

Constantes investimentos em tecnologia ao longo dos últimos anos (em 2005 e 2006 superou o valor de R\$ 600 milhões) permitiram ao Banco do Brasil alcançar posição de destaque em tecnologia bancária nos cenários nacional e internacional. Atualmente é *benchmark* para outros bancos em soluções e inovações tecnológicas,

conforme comprovam os prêmios recebidos em 2006 da Revista “*e-finance*”: o “*e-finance* 2006” e o “Padrão de Qualidade em B2B”.

A tabela 3 apresenta resumidamente o perfil dos maiores bancos do país no ano 2006.

TABELA 3 - PERFIL DOS MAIORES BANCOS - 2006

DESCRIÇÃO	BANCO			
	BB	Bradesco	Itaú	Unibanco
Lucro líquido - R\$ bilhões	6,0	5,1	4,3	1,8
Ativos totais - R\$ bilhões	296,4	265,5	209,7	103,8
Depósitos no país - R\$ bilhões	119,6	83,1	59,0	35,4
Recursos de terceiros - R\$ bilhões	182,7	124,7	160,0	43,6
Base de clientes - milhões	24,4	16,8	12,9	7,7
Funcionários	82.672	79.306	59.921	32.956
Agências/PABs	5.205	4.064	3.383	1.256
Índice de Basileia	17,3%	16,5%	17,2%	16%

FONTES: Banco do Brasil, Bradesco, Itaú, Unibanco

A tabela 4 apresenta os principais números do Banco do Brasil, comparando os anos de 2003 e 2006, e sua evolução nesse período. Vale lembrar que o estudo está focado na expansão da carteira de crédito para clientes pessoa física no período compreendido entre os anos de 2003 e 2006.

TABELA 4 - BANCO DO BRASIL EM GRANDES NÚMEROS - 2003, 2006
continua

DESCRIÇÃO	dez/2003	dez/2006	Variação %
Balanço Patrimonial (R\$ milhões)			
Ativos totais	230.144	296.356	28,8
Operações de crédito	110.014	113.858	3,5
Depósitos totais	65.591	158.841	142,2
Patrimônio líquido	12.172	20.758	70,5
Recursos de terceiros	102.658	182.683	78,0
Resultado (R\$ milhões)			
Intermediação financeira	10.006	10.808	8,0
Prestação de serviços	5.491	8.887	61,8
Lucro líquido	2.381	6.044	153,8

TABELA 4 - BANCO DO BRASIL EM GRANDES NÚMEROS - 2003, 2006
conclusão

DESCRIÇÃO	dez/2003	dez/2006	Variação %
Outros			
Índice de Basileia (%)	18,9	17,3	-
Pontos de atendimento	13.220	15.113	14,3
Clientes (mil)	18.750	24.374	30,0
Clientes pessoa física (mil)	17.533	22.815	30,1
Clientes pessoa jurídica (mil)	1.217	1.559	28,1

FONTE: Banco do Brasil

3.4 LINHAS DE CRÉDITO PARA PESSOA FÍSICA

Com o objetivo de atender a base de clientes, bastante diversificada em termos de classes sociais, o Banco do Brasil vem ampliando seu *portfolio* de produtos e atualmente consegue oferecer aos clientes praticamente todos os serviços bancários e financeiros disponíveis no mercado. Entre os produtos e serviços, pode-se citar: operações de crédito para pessoas físicas e jurídicas, financiamentos para o agronegócio brasileiro, cartões de crédito e débito, seguros e previdência privada, negócios internacionais como câmbio e financiamento ao comércio exterior, operações de tesouraria, operações em diversos segmentos do mercado financeiro e de capitais e na administração de recursos de terceiros. Nesse tópico, em consonância com o objetivo do trabalho, serão abordadas as linhas de crédito para clientes pessoa física.

O Banco do Brasil atende às necessidades de crédito dos clientes pessoa física de forma massificada. Os limites de crédito são calculados com base numa série histórica de informações cadastrais: renda, restrições cadastrais, tempo de conta corrente, recebimento de proventos em conta, entre outros.

Para a contratação das linhas de crédito do Banco do Brasil, é necessário que o cliente possua:

- a) conta corrente no Banco (exceção para o cartão de crédito e para a linha BB Crédito Consignação, quando o convênio específico firmado com o empregador permitir);
- b) limite de crédito pré-aprovado;

- c) contrato de adesão assinado com cláusula específica para cheque especial, cartão de crédito e empréstimo/financiamento (neste último, a assinatura é feita uma única vez e viabiliza o acesso a todas as modalidades).

A tabela a seguir apresenta resumidamente as principais linhas de crédito oferecidas pelo Banco do Brasil aos clientes pessoa física no ano de 2006.

TABELA 5 - LINHAS DE CRÉDITO PARA PESSOA FÍSICA - 2006

LINHA	FINALIDADE	continua	
		PRAZO MÁXIMO	VALOR MÁXIMO
Conta especial	Saques e/ou pagamentos	-	-
Cartão de crédito	Compras em estabelecimentos conveniados e/ou saques	-	-
BB Crediário	Aquisição de bens e serviços	48 meses	R\$ 20 mil
BB Crediário Internet	Aquisição de bens e serviços pela Internet	48 meses	R\$ 20 mil
BB Crediário Pagamentos Diversos	Pagamento de impostos e contas diversas	48 meses	R\$ 20 mil
BB Crediário PC Conectado	Financiamento de equipamentos de informática do programa governamental “Computador para Todos”	24 meses	R\$ 1,2 mil
BB Crédito 13º Salário	Adiantamento do 13º salário	Parcela única	70% do salário
BB Crédito Benefício	Crédito pessoal para aposentados e pensionistas do INSS	36 meses	R\$ 40 mil
BB Crédito Benefício 2 Salários Mínimos	Crédito pessoal para aposentados e pensionistas do INSS que recebem até 2 salários mínimos	24 meses	R\$ 1 mil
BB Crédito Consignação	Crédito pessoal para correntistas e não-correntistas, cujos empregadores mantenham convênio com o BB	Variável conforme o convênio	
BB Crédito Informática	Financiamento de equipamentos para servidores de empresas que mantenham convênio com o BB	24 meses	R\$ 10 mil

TABELA 5 - LINHAS DE CRÉDITO PARA PESSOA FÍSICA - 2006

LINHA	FINALIDADE	conclusão	
		PRAZO MÁXIMO	VALOR MÁXIMO
BB Crédito Material de Construção	Financiamento de materiais para construção	48 meses	R\$ 20 mil
BB Crédito Parcelado Cartão	Parcelamento total ou parcial do saldo da fatura do cartão de crédito	36 meses	R\$ 30 mil
BB Crédito Pronto	Crédito pessoal para clientes com renda mensal de até R\$ 1 mil	24 meses	R\$ 1 mil
BB Crédito Salário	Crédito pessoal para correntistas que recebem salário pelo BB	36 meses	R\$ 40 mil
BB Crédito Veículo	Financiamento de veículos novos ou usados até 10 anos de fabricação, nacionais ou importados	48 meses	R\$100 mil
BB Leasing Veículo	Arrendamento de veículo novo ou usado, com a possibilidade de compra ao final do contrato	60 meses	R\$150 mil
BB Renovação Consignação	Renegociar empréstimos de clientes cujos empregadores mantenham convênio com o BB	Variável conforme o convênio	
CDC Antecipação IRPF	Adiantamento da restituição do IRPF	Parcela única	70% da restituição
CDC Empréstimo Eletrônico	Crédito pessoal	36 meses	R\$ 20 mil
CDC Renovação	Renegociar empréstimos contratados no BB	36 meses	R\$ 40 mil
CDC Renovação Pronto	Renegociar empréstimos de até R\$ 1 mil contratados no BB	24 meses	R\$ 1 mil
CDC Veículo Próprio	Crédito pessoal, utilizando o carro ou moto como garantia	36 meses	R\$ 60 mil
Financiamento Imobiliário Pouplex	Aquisição ou construção de imóvel residencial	20 anos	R\$450 mil
Proger Professor	Financiamento de equipamentos de informática para professores do ensino médio ou fundamental	36 meses	R\$ 3 mil

Fonte: Banco do Brasil

4 ANÁLISE DOS AMBIENTES MACRO E MICROECONÔMICO

Neste capítulo são apresentados separadamente os principais aspectos do ambiente macroeconômico e do ambiente microeconômico relativos à economia brasileira que, de alguma forma influenciaram a concessão de crédito para clientes pessoa física do Banco do Brasil no período compreendido entre os anos de 2003 e 2006. A análise do ambiente macroeconômico é feita em ordem cronológica, estudando-se os anos de 2003 até 2006 individualmente. Já a análise do ambiente microeconômico é realizada por acontecimentos, não existindo ordem de importância e tampouco cronológica na apresentação.

4.1 AMBIENTE MACRO

Neste tópico são analisados os principais aspectos do ambiente macroeconômico relacionados à economia brasileira no período compreendido entre 2003 e 2006 e que influenciaram direta ou indiretamente a concessão de crédito para clientes pessoa física do Banco do Brasil.

4.1.1 Ano de 2003

O início de 2003 foi caracterizado por um cenário econômico adverso, ocasionado principalmente por fatores como o choque de oferta ocorrido no ano anterior, que foi delineado pela redução do crédito externo e pela excessiva volatilidade no mercado cambial e consequente repasse aos preços no país. Esses fatos, juntamente com as especulações quanto à política econômica do novo governo, elevaram as expectativas de inflação no curto prazo.

Porém o comprometimento com o sistema de metas para a inflação e o aprofundamento da política de ajuste fiscal foram essenciais para a recuperação da economia brasileira. A meta de inflação foi ajustada durante o ano de 4% para 8,5%.

Com o objetivo de reverter o crescimento da inflação, a taxa de juros foi utilizada como o principal instrumento de política monetária. Em fevereiro a taxa Selic (taxa básica de juros do sistema bancário brasileiro e importante instrumento de controle para o alcance das metas inflacionárias que foram formalmente adotadas como política monetária em 1º de julho de 1999) foi elevada para 26,5% a.a.

A alíquota do depósito compulsório, definida pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) e incidente sobre os depósitos à vista, também sofreu crescimento, de 45% para 60%. Com isso, cerca de R\$ 8 bilhões foram retirados de circulação.

Com o objetivo de verificar o grau de eficiência dos sistemas de controle interno para monitoramento dos riscos operacionais das instituições financeiras foi instituída, no ano de 2003, a obrigatoriedade de se constituir um comitê de auditoria para as instituições cujo patrimônio de referência seja de R\$ 200 milhões ou mais. As principais atribuições do comitê, composto por no mínimo três integrantes com mandato de cinco anos, são: recomendar a entidade a ser contratada para prestação de auditoria independente, avaliar as auditorias interna e independente e verificar o cumprimento das recomendações dos auditores.

A política monetária contribuiu então para reduzir a pressão existente sobre o nível de preços e para reduzir os índices de inflação, contribuindo consequentemente para a redução das incertezas na economia. No decorrer do ano também houve expressiva valorização dos títulos de países emergentes, incluindo os do Brasil.

Assim, o Banco Central (Bacen) iniciou em junho processo de flexibilização da política monetária e com isso redução na meta da taxa Selic. Em dezembro a meta foi fixada em 16,5% a.a. Paralelamente, a alíquota do depósito compulsório retornou para 45% em agosto. A taxa de câmbio também foi estabilizada.

Esse cenário influenciou diretamente o custo das operações de crédito e o *spread* bancário (diferença entre a taxa de juros cobrada dos tomadores de recursos e a taxa de juros que remunera os aplicadores) no segmento de recursos livres. Dessa forma, a partir de setembro, percebe-se o início do processo de retomada da atividade econômica e das operações de crédito, especialmente a elevação na demanda por crédito destinado a pessoas físicas para financiamento ao consumo de bens duráveis.

A Lei 10.820, de 17 de dezembro, regulamenta o empréstimo consignado em folha de pagamento para os trabalhadores da iniciativa privada (regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho - CLT) e para os aposentados e pensionistas do INSS. Até então, essa modalidade de empréstimo estava disponível somente para os servidores públicos (Lei 8.112, de 22 de dezembro de 1990).

Importante destacar que, em função das condições mais favoráveis de taxa e prazo, além do desconto diretamente em folha de pagamento, essa modalidade de empréstimo contribuiu para reduzir o risco de inadimplência, um dos principais fatores que determinam o *spread* bancário.

A Resolução 3.161, de 18 de dezembro de 2003, concedeu ao conselho de administração do Fundo Garantidor de Crédito (FGC) poder para determinar o percentual de contribuição mensal, desde que haja prévia autorização do Banco Central. A redução da contribuição, que era fixa em 0,025% do saldo das obrigações objetos de garantia, permite redução dos custos de captação da instituição financeira e com isso do *spread* bancário. Vale ressaltar que o percentual anterior passa a ser o máximo admitido. Essa flexibilização tornou-se possível em função da regulamentação dos últimos anos, que contribuiu para minimizar as crises sistêmicas.

O volume total das operações de crédito do sistema financeiro chegou a R\$ 409,9 bilhões em dezembro, número que representa crescimento de 8,4% em relação ao final do ano anterior (o saldo em 2002 era de R\$ 378,3 bilhões). O percentual do crédito em relação ao PIB foi de 27,1% em 2003.

Os empréstimos com recursos livres para pessoas físicas expandiram 15,6% no ano, totalizando R\$ 88,1 bilhões (ante R\$ 76,2 bilhões em 2002). Vale ressaltar que no decorrer do ano foram implementadas medidas governamentais para ampliar e facilitar o acesso da população de baixa renda aos serviços bancários, incluindo o crédito, tais como:

- a) nova modalidade de microcrédito, regulamentada pela Resolução 3.109 de 24 de julho, que estabelece a obrigatoriedade de aplicação mínima de 2% dos recursos à vista mantidos nos bancos, com taxa efetiva de até 2% a.m.

(os empréstimos são limitados a R\$ 600 para clientes pessoa física e as exigências cadastrais são simplificadas);

- b) permissão para celebração de acordos entre instituições financeiras e empresas ou entidades sindicais com o objetivo de estimular a concessão do crédito em consignação aos trabalhadores da iniciativa privada (conforme a Lei 10.820, o desconto em folha para pagamento das prestações é limitado a 30% da remuneração disponível);
- c) autorização para abertura de contas com movimentação limitada (não poderão ter saldo superior a R\$ 1 mil e sem uso de cheques) sem a exigência de comprovação de renda e sem cobrança de taxas para até quatro saques, depósitos e extratos mensais;
- d) possibilidade para contratação de correspondentes para todas as instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central, até então limitada às instituições bancárias;
- e) flexibilização das regras de funcionamento das cooperativas e sociedades de crédito ao microempreendedor (principalmente no tocante à possibilidade da livre admissão de associados).

4.1.2 Ano de 2004

Em 2004 a economia brasileira apresentou melhorias em seus principais indicadores. O PIB atingiu R\$ 1.769 bilhões e apresentou crescimento real de 5,2%. A inflação, medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), foi de 7,6%, ante 9,3% no ano anterior. A taxa média de desemprego, que no ano anterior foi 10,9%, caiu para 9,6% nas principais regiões metropolitanas do país. O real valorizou-se 8,1% em comparação ao dólar. O Brasil teve um superávit comercial de US\$ 33,6 bilhões.

A política monetária do ano foi conduzida alinhada ao objetivo de manutenção dos ganhos oriundos com a estabilização dos preços. Dessa forma, os instrumentos de política monetária foram utilizados para assegurar o crescimento sustentado do

produto, propiciado pela intensificação da atividade econômica interna. Vale ressaltar que nesse período o crescimento da economia mundial aumentou a liquidez internacional e também os preços dos *commodities*.

Com o objetivo de cumprir a meta para a inflação, o Comitê de Política Monetária do Banco Central (Copom) optou por interromper o processo de flexibilização da política monetária iniciado em junho de 2003. Em reuniões extraordinárias realizadas nos meses de janeiro e fevereiro, o Copom manteve a taxa básica de juros em 16,5% a.a.

Em março e abril, devido às perspectivas de redução da inflação, ocorreram cortes de 0,25 p.p. na taxa Selic. Mas em função do aumento das incertezas quanto à evolução da inflação, ocasionado por fatores como volatilidade dos preços no mercado de petróleo, aquecimento da economia interna e expectativas com relação à taxa de juros dos Estados Unidos, a taxa básica de juros permaneceu em 16% a.a. durante quatro meses.

No entanto, a expansão da atividade econômica, que implicou elevados níveis de ocupação da capacidade instalada na indústria, incompatível com a recuperação dos investimentos, sinalizava para o descumprimento das metas de inflação. A partir de setembro ocorreu então ajuste gradual da taxa básica de juros. No final do ano a taxa estava em 17,75% a.a.

Através da Resolução 3.198, o Banco Central promoveu alterações nas regras do comitê de auditoria, que passou a ser obrigatório para todas as instituições que apresentem no encerramento dos dois últimos exercícios sociais Patrimônio de Referência igual ou superior a R\$ 1 bilhão.

O Banco Central alterou a exigibilidade de recolhimento do depósito compulsório sobre depósitos a prazo com o objetivo de equalizar as condições de concorrência entre as instituições de porte diferenciado. Dessa forma, a Circular 3.262, de 19 de novembro, determina que as instituições financeiras devem recolher o compulsório somente sobre a parcela que exceder a R\$ 300 milhões do total da exigibilidade apurada. Esse fato proporcionou o aumento da liquidez dos bancos, liberando cerca de R\$ 6,1 bilhões para o sistema financeiro.

As operações de crédito, apesar do lento crescimento do início do ano, elevaram-se significativamente no seu decorrer, acompanhando o crescimento do nível de atividade econômica. O aumento do custo das operações de crédito, percebido a partir de setembro em função do aumento da taxa básica de juros, não inibiu o crescimento sazonal dos últimos meses do ano. Importante destacar que as melhores condições de emprego e renda contribuíram para o decréscimo da inadimplência.

A expansão dos empréstimos para pessoas físicas ocorreu principalmente em função das operações de crédito pessoal, destacando-se a linha de crédito consignado em folha de pagamento, em razão das taxas de juros menores permitidas pela garantia que tal contrato proporciona. Vale ressaltar que o crédito consignado contribuiu para a melhora do perfil de endividamento das famílias, proporcionado pelo aumento dos prazos para pagamento e também pela redução das taxas de juros.

Ao estender as operações de crédito consignado para aposentados e pensionistas do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), o governo federal ampliou o acesso da população com renda reduzida ao sistema bancário, viabilizando a contratação de empréstimos com taxas reduzidas em relação àquelas praticadas pelo mercado financeiro.

A redução da taxa de juros no primeiro semestre e o aumento da renda e do emprego no segundo semestre do ano contribuíram para a ampliação das carteiras de aquisição de bens para pessoas físicas (tanto de veículos como de outros bens).

O volume total das operações de crédito do sistema financeiro chegou a R\$ 485 bilhões em dezembro de 2004, o que significa um aumento de 18,3% no ano, e representa 27,4% do PIB. Já o saldo dos empréstimos com recursos livres para pessoas físicas alcançou R\$ 113,3 bilhões, aumentando 28,6% em relação ao ano anterior.

4.1.3 Ano de 2005

No ano de 2005 o PIB brasileiro cresceu 2,3% e a inflação medida pelo IPCA foi de 5,7%. A valorização do real em comparação ao dólar foi de 11,8%. Já o superávit comercial foi de US\$ 44,7 bilhões.

A política monetária do ano teve como principal objetivo manter as conquistas relacionadas ao ambiente estável dos preços. Assim, considerando os riscos associados ao processo de convergência da inflação para a trajetória de metas estipulada pelo CMN, que são: fatores de autopropagação do ciclo econômico e resistência da inflação à queda, nas reuniões de janeiro e de fevereiro o Copom decidiu elevar a meta para a taxa Selic em 0,5 p.p., com o que ela chegou a 18,75% a.a.

Em função de alguns focos localizados de pressão na inflação e da deterioração no cenário externo, os riscos da convergência da inflação para a trajetória de metas aumentaram. Dessa forma, o Copom decidiu aumentar a taxa Selic para 19,25% a.a. em março, para 19,50% a.a. em abril e para 19,75% a.a. em maio.

Apesar dos níveis elevados dos preços internacionais do petróleo, o Copom considerou que houve melhora do cenário externo. Assim, nas reuniões de junho, julho e agosto, manteve-se inalterada a taxa Selic. Já em setembro, iniciou-se processo de flexibilização da política monetária. A meta para a taxa Selic foi reduzida por decisão unânime em 0,25 p.p., retornando para 19,50% a.a.

Considerando que a alta da inflação no curto prazo era determinada pelos efeitos do reajuste no preço dos combustíveis e pela reversão da dinâmica favorável do preço dos alimentos, o Copom, nas reuniões de outubro, novembro e dezembro, reduziu a taxa Selic para 19% a.a, 18,5% a.a. e 18% a.a. respectivamente. Tal decisão foi amparada no entendimento de que a manutenção da flexibilização da política monetária não comprometeria o combate à inflação e a preservação do crescimento econômico e consequente geração de empregos e aumento da renda.

Em virtude da importância do crédito bancário como instrumento de políticas macro e microeconômicas, e também com o objetivo de aperfeiçoar o gerenciamento das informações, as estatísticas das operações de crédito do sistema financeiro foram reformuladas pelo Banco Central. Apresentam-se a seguir as principais mudanças:

- a) inclusão das informações das cooperativas de crédito;
- b) maior segregação dos empréstimos referenciados em recursos livres, incluindo crédito rural e operações de *leasing*;
- c) maior detalhamento dos recursos direcionados;

- d) segmentação das operações de crédito (por credores, conforme o controle acionário e desmembramento do sistema financeiro privado nacional e estrangeiro).

O ajuste das taxas de juros e o arrefecimento da atividade econômica, ocorridos em 2005, contribuíram para a evolução das operações de crédito do sistema financeiro, que em dezembro atingiram R\$ 607 bilhões, valor que representa aumento de 25,2% no ano. Já a participação do total de empréstimos no PIB chegou a 31,3%. É importante mencionar novamente que nesse ano as estatísticas do Banco Central foram reformuladas, incluindo informações das cooperativas de crédito.

A expansão da carteira de crédito foi também impulsionada pela expansão das operações com pessoas físicas, principalmente para aquisição de bens duráveis e crédito pessoal, alavancado pelos empréstimos consignados em folha de pagamento, que apresentam menor taxa de juros e maior prazo para pagamento, contribuindo para o reduzido valor das parcelas. O saldo das operações com recursos livres para pessoas físicas chegou a R\$ 190,7 bilhões, que representa aumento de 68,3% no ano.

As operações de empréstimo consignadas em folha de pagamento chegaram a R\$ 32,3 bilhões, representando crescimento anual de 84,3%, contribuindo com 45,7% da carteira de crédito pessoal. Os empréstimos para aposentados e pensionistas do INSS, iniciados em maio de 2004, contribuíram significativamente para essa evolução. Até dezembro de 2005 foram formalizados 6,8 milhões de contratos com aposentados e pensionistas do INSS, no valor total de R\$ 11,5 bilhões.

Com relação à segmentação das operações de crédito de acordo com o controle de capital das instituições financeiras, a carteira dos bancos privados nacionais, que representa 40,9% do total do crédito, cresceu 25,1% no ano. Já os empréstimos concedidos pelas instituições estrangeiras chegaram a R\$135,7 bilhões (aumento de 24,4%) e os concedidos pelos bancos públicos alcançaram R\$ 223,2 bilhões (crescimento de 16,2%).

4.1.4 Ano de 2006

O crescimento real do PIB em 2006 foi de 3,7%. A valorização do real em relação ao dólar foi de 8,7% e possibilitou a ampliação das importações de bens de consumo. Vale ressaltar que, mesmo assim, as exportações não foram afetadas.

O cenário econômico do ano foi marcado pela retomada do nível de atividade econômica gerada pela expansão do crédito (em função da redução da taxa básica de juros), controle da inflação, valorização cambial e melhoria nas condições de emprego e renda.

Dessa forma, e seguindo ainda a meta para a inflação anual estipulada pelo CMN em 4,5%, o Copom reduziu a meta para a taxa Selic em 4,75 p.p. durante o ano. Em dezembro a taxa chegou a 13,25% a.a. A meta foi reduzida em 0,75 p.p. nas três primeiras reuniões do ano. Já nas reuniões subsequentes, os cortes foram reduzidos para 0,50 p.p.

Vale destacar que a Circular 3.297 e o Comunicado 13.821, de 31 de outubro, alteraram os intervalos para as reuniões do Copom para seis semanas. Assim foram realizadas oito reuniões do Copom no ano.

O IPCA, que é utilizado como referência para o sistema de metas para a inflação, recuou pelo quarto ano consecutivo e com isso esteve abaixo da meta estabelecida para o ano pela primeira vez desde a implantação do sistema em 1999. A variação anual do índice foi de 3,14%, já o valor central da meta era de 4,5%. Alguns dos fatores que contribuíram para isso foram:

- a) evolução da taxa de câmbio: contribuiu para aumentar a concorrência interna dos bens comercializáveis;
- b) acumulação de reservas internacionais e resgate antecipado de papéis da dívida em moeda estrangeira: influenciou positivamente as condições de financiamento externo;
- c) redução do risco Brasil: alcançou o piso histórico de 192 pontos-base, em razão do alto estoque de reservas internacionais e melhora dos indicadores de endividamento externo.

A resolução 3.422, de 30 de novembro, com o objetivo de melhorar a política de microcrédito destinada à população de baixa renda, aumentou o limite máximo de empréstimos para R\$ 1 mil (era R\$ 600).

Seguindo a tendência observada no ano anterior, o volume total das operações de crédito do sistema financeiro apresentou crescimento, atingindo R\$ 732,6 bilhões em dezembro, valor que significa aumento de 20,7% no ano. Já em relação ao PIB, esse valor representa 31,5%.

Os empréstimos com recursos livres destinados para pessoas físicas somaram R\$ 238 bilhões, representando aumento de 24,8% em relação a 2005. O crescimento da carteira de crédito para pessoas físicas foi influenciado principalmente pelo aumento dos empréstimos consignados em folha de pagamento e ainda por financiamento de bens duráveis.

O saldo total da carteira de empréstimos consignados atingiu o valor de R\$ 48,1 bilhões (aumento de aproximadamente 50% no ano), representando 54,3% do total da carteira de crédito pessoal. Os empréstimos para aposentados e pensionistas do INSS somaram R\$ 20,2 bilhões, formalizados em 14,2 milhões de contratos.

Com relação à segmentação das operações de crédito de acordo com o controle de capital das instituições financeiras, a carteira dos bancos privados nacionais atingiu R\$ 302,3 bilhões, valor que representa 41,3% do total do crédito e crescimento de 22,1% no ano. Já os empréstimos concedidos pelos bancos públicos alcançaram R\$ 268,6 bilhões (crescimento de 20,3% e 36,7% do total) e os concedidos pelas instituições estrangeiras chegaram a R\$161,7 bilhões (aumento de 18,8%).

4.1.5 Evolução no Período

Para finalizar o estudo sobre o ambiente macroeconômico no período compreendido entre os anos de 2003 e 2006, a tabela 6 apresenta um quadro resumo do crédito no sistema financeiro nacional (SFN).

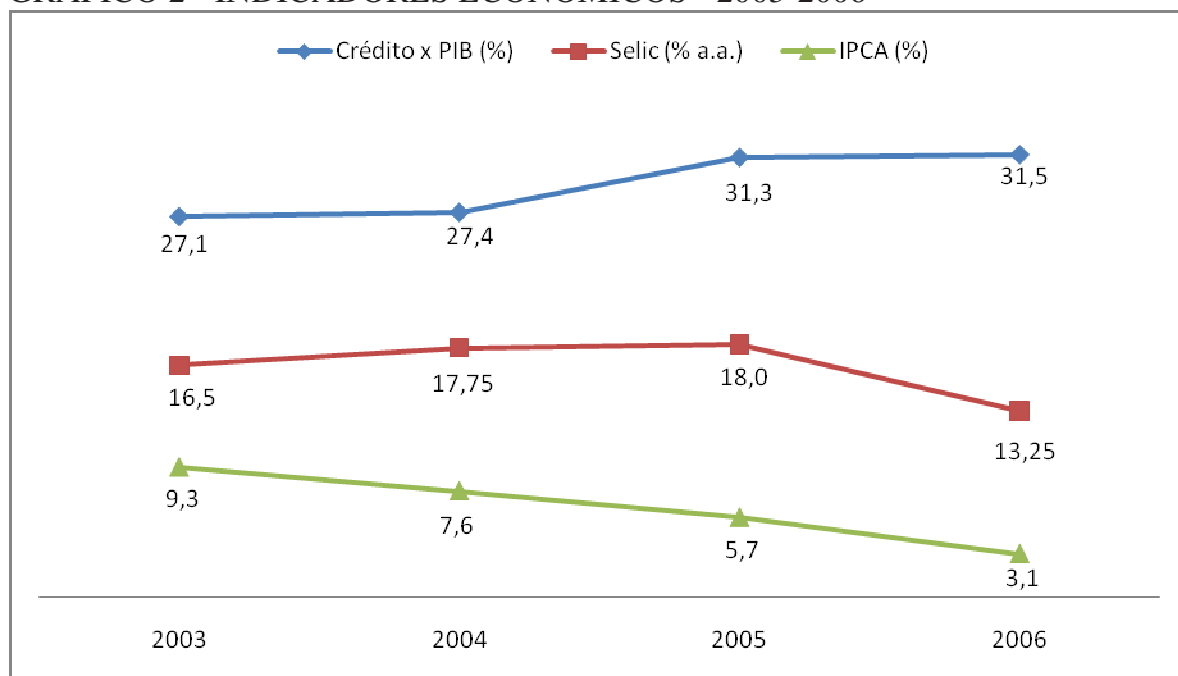
TABELA 6 - CRÉDITO DO SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL - 2003-2006

DESCRIÇÃO	ANO				Variação %
	dez/03	dez/04	dez/05	dez/06	
Crédito total SFN					
Volume em R\$ bilhões	409,9	485,0	607,0	732,6	78,7
% crescimento	8,4	18,3	25,2	20,7	-
Crédito PF recursos livres SFN					
Volume em R\$ bilhões	88,1	113,3	190,7	238,0	170,1
% crescimento	15,6	28,6	68,3	24,8	-
PIB (R\$ bilhões)	1.514	1.769	1.938	2.323	53,4
Crédito x PIB (%)	27,1	27,4	31,3	31,5	16,2

FONTE: Bacen

Da mesma forma, o gráfico 2 apresenta a evolução de alguns indicadores econômicos no período do estudo, como: participação do crédito no PIB, taxa Selic e IPCA.

GRÁFICO 2 - INDICADORES ECONÔMICOS - 2003-2006



FONTE: Bacen

Pela observação do gráfico, é possível verificar que a inflação, medida pelo IPCA, recuou por quatro anos consecutivos. Com a inflação sob controle, o Banco Central reduziu a taxa básica de juros da economia (taxa Selic), que atingiu 13,25% a.a. em dezembro de 2006. Percebe-se também uma evolução da participação do crédito no PIB, ocorrida principalmente devido à expansão da renda e do consumo que impulsionou a carteira de crédito das instituições financeiras.

4.1.6 Os Bancos no Ambiente Macroeconômico

Os fatores do ambiente macroeconômico brasileiro, principalmente os índices de inflação, a taxa de juros, o crescimento econômico, as variações cambiais e as políticas fiscais e tributárias, influenciam a condição financeira e o resultado econômico dos bancos. Vale destacar que o desempenho da economia, ao alterar o poder aquisitivo da população, influencia o mercado de trabalho, alterando emprego e renda e consequentemente a demanda por produtos e serviços bancários.

As variáveis macroeconômicas, como taxas de juros e de câmbio, não estão sujeitas ao controle dos bancos e podem afetar de forma adversa a sua rentabilidade uma vez que sua capacidade em obter taxas de retorno satisfatórias dependerá da capacidade de aumentar a receita, diminuir custos e ajustar sua carteira de ativos.

As alterações nas taxas de juros geram como consequência alteração nas operações de crédito. Em função de *spreads* maiores, o aumento nas taxas de juros possibilita receitas maiores. Importante ressaltar que o aumento nas taxas de juros pode também reduzir a demanda por crédito e aumentar a inadimplência, contribuindo para reduzir os resultados e aumentar o risco da carteira de crédito.

Já a redução das taxas de juros leva a *spreads* menores, reduzindo a receita proveniente de operações de crédito. No entanto, a redução da taxa pode proporcionar aumento na demanda por operações de crédito, contribuindo para aumentar o volume da carteira de crédito e as receitas provenientes.

Os bancos estão sujeitos ainda a todos os riscos envolvidos em operações de empréstimo, que são: atividade econômica, nível de taxas de juros, descasamento de prazo nas captações, alteração nas exigibilidades pelo Banco Central, entre outros.

4.2 AMBIENTE MICRO

Neste tópico são analisados alguns fatores do ambiente microeconômico do período de 2003 a 2006 que afetaram a concessão de crédito para clientes pessoa física do Banco do Brasil, tais como: as instituições financeiras, os riscos associados ao setor bancário, o Acordo de Basileia, o Sistema de Informações de Crédito, o crédito consignado em folha de pagamento e outras medidas governamentais.

4.2.1 Instituições Financeiras

Em dezembro de 2003, o sistema financeiro contava com 189 instituições da área bancária em atividade, sendo 163 bancos comerciais e múltiplos. Em relação ao final de 2002, registrou-se redução de cinco instituições, ocorrida em função de transformações societárias. No decorrer do ano foi decretada ainda a liquidação extrajudicial de um banco de investimento e de nove administradoras de consórcios.

Quanto à segmentação do sistema bancário conforme a origem do capital, em função da nacionalização de alguns bancos, houve redução dos bancos classificados como filiais ou de controle estrangeiro (no final de 2003 havia 62 bancos, e em dezembro de 2002 eram 66 bancos estrangeiros). Esse fato permite concluir que vem se acomodando o preenchimento de nichos de mercados pelos bancos estrangeiros (principalmente focados para operações de atacado e tesouraria), iniciado após o Plano Real.

Em 2004 o Banco Central recebeu diversos projetos solicitando a transformação das cooperativas de crédito existentes (de quadro de associados restrito para a livre admissão de associados, conforme modelo definido no ano anterior), permitindo maiores possibilidades de acesso ao crédito. Dessa forma, em dezembro de

2004 o saldo das operações de crédito contratadas com as cooperativas representava 2,4% do saldo total do sistema financeiro (em 2003 representava 2,2% do total, e no ano de 2002 correspondia a 1,8%).

Com o objetivo de obter ganhos de escala para maior atuação no segmento de varejo, ocorreram várias aquisições por parte dos bancos privados nacionais. Em 2004 o Bradesco adquiriu o controle do Banco Zogbi (conquistando assim maior presença no crédito para pessoas físicas), o ABN Amro adquiriu o Banco Sudameris Brasil, e o Unibanco adquiriu um banco controlado por capital estrangeiro, o BNL do Brasil.

Em 12 de novembro de 2004, o Banco Central decretou a intervenção do Banco Santos e da Santos Corretora de Câmbio e Valores para investigar irregularidades na concessão de empréstimos e os balanços, que apresentavam falta de liquidez. Na época, o Banco Santos era o 21º maior banco do país e possuía cerca de R\$ 6 bilhões em ativos. A intervenção influenciou negativamente o mercado de crédito, ao afetar a captação de depósitos de bancos de médio e pequeno porte.

Seguindo a tendência gerada pela Resolução 3.321, de setembro de 2005, que dispõe sobre as condições de admissão de associados em cooperativas, no final do ano existiam 1.439 cooperativas em funcionamento. Já a participação das operações de crédito dessas instituições representava 2,3% das operações totais do sistema financeiro.

As parcerias entre os bancos e as redes de comércio varejista contribuíram para o crescimento das atividades das financeiras, cujas operações de crédito alcançaram R\$ 20,2 bilhões, valor que representa uma expansão de 52%.

A carteira de crédito do sistema bancário (formado pelos bancos comerciais, múltiplos e Caixa Econômica Federal) representava 31,3% dos ativos em dezembro de 2005 (mesmo percentual observado em 2004, e 28,6% em 2003). Tal evolução é atribuída à estabilidade macroeconômica e ao crédito consignado em folha de pagamento, que possibilita cobrança de juros menores.

Vale ressaltar que o Certificado de Depósito Bancário (CDB) tem se destacado como fonte de financiamento para a ampliação do crédito. Ao final de 2005, o CDB

representava 18% do passivo exigível do sistema bancário (em 2004 era 16,7% e em 2003 foi 13,8%).

Desde janeiro 2004, o sistema bancário percebeu alteração nas receitas de intermediação financeira, pois a receita obtida com operações de crédito tem sido superior à receita com títulos e valores mobiliários. Em dezembro de 2005 as receitas com crédito representavam 50,4% da intermediação (em 2004 eram 52,3%) e as receitas com títulos correspondiam a 43,3% (e 42,9% em 2004).

Seguindo a tendência gerada pela redução da taxa de juros, novamente em 2006 a distribuição dos ativos do sistema bancário apresentou maior alocação de recursos nas operações de crédito (30,8%) e redução da carteira de títulos e valores mobiliários (27,8%). Consequentemente, as receitas com operações de crédito (que evoluíram de 50,4% para 54,3% no ano) também foram superiores àquelas obtidas com aplicação em títulos (redução de 43,2% para 40,7%).

Em função da aquisição de bancos estrangeiros por bancos de varejo nacionais, houve aumento no percentual de ativos dos bancos privados nacionais de 45,2% em 2005 para 49,8% em 2006, e redução na participação dos bancos estrangeiros de 21,8% para 20,1% no mesmo período. Já os bancos públicos também apresentaram redução da participação nos ativos, de 32,9% em 2005, para 30,1% em 2006.

Em dezembro de 2006 existiam 181 instituições da área bancária autorizadas a funcionar, sendo 159 bancos múltiplos, comerciais (incluindo as filiais de bancos estrangeiros) e caixas econômicas. Percebe-se então que houve redução na quantidade de instituições no decorrer de quatro anos.

4.2.2 Riscos Associados ao Setor Bancário

O mercado de serviços bancários e financeiros é bastante competitivo no Brasil. Existe competição entre grandes bancos brasileiros e estrangeiros, tanto públicos quanto privados. A competição aumentou quando os bancos estrangeiros entraram no mercado brasileiro pela aquisição de instituições financeiras brasileiras e

com a privatização dos bancos estatais. As aquisições de médios e pequenos bancos brasileiros de varejo, por grandes bancos varejistas, também têm contribuído para aumentar a competitividade no setor.

As mudanças promovidas pelo Banco Central na taxa de juros podem afetar desfavoravelmente os resultados dos bancos. Além disso, o Código de Defesa do Consumidor, que estabelece limitação à cobrança de juros para não serem considerados abusivos, pode afetar a capacidade de concessão de crédito dos bancos, além de reduzir a renda proveniente dos juros cobrados pelos empréstimos.

As regulamentações monetárias e alterações nos limites de reservas bancárias e depósitos compulsórios geralmente são utilizadas para regular a disponibilidade de crédito e o consumo. Os ajustes nas reservas bancárias aplicáveis a empréstimos e depósitos, a regulamentação da carência máxima de créditos e a imposição de limitações nas quantias financiáveis podem afetar negativamente a liquidez, a estratégia para captação de recursos, o crescimento da carteira de crédito e a rentabilidade dos bancos.

Os bancos brasileiros estão sujeitos à extensa e contínua fiscalização do Banco Central em todas as suas operações, tais como: exigências de capital mínimo e de depósitos compulsórios, limites de empréstimo e outras restrições de crédito, e exigências contábeis e estatísticas. A estrutura da regulamentação que rege as instituições financeiras está em constante evolução e os bancos não tem nenhum controle sobre alterações nas leis bem como sobre a maneira como as leis são aplicadas. Vale ressaltar que mudanças nesses normativos podem afetar desfavoravelmente as operações e conseqüentemente os resultados dos bancos.

4.2.3 Acordo de Basileia

Em junho de 2004, o Banco de Compensações Internacionais (BIS) divulgou o novo Acordo de Basileia (Basileia 2) que sugere a adoção de requerimento e alocação de capital com base em *ratings* divulgados pelas agências externas de classificação de riscos. Esse acordo aprimora o Acordo de Basileia de 1998, que fixou uma série de

normas para o sistema financeiro e definiu que todos os bancos devem ter capital suficiente para cobrir perdas com riscos de crédito e de mercado.

O Basileia 2, que incorpora o conceito de risco operacional, foi dividido em três pilares conforme apresenta-se abaixo:

- a) Pilar 1 - Requerimentos mínimos de capital: a exigência de capital torna-se mais flexível e a mensuração dos riscos deve ser abordada sob a ótica do crédito, do mercado e operacional;
- b) Pilar 2 - Processo de supervisão bancária: passa a ser mais abrangente, principalmente no tocante às exigências de capital mínimo;
- c) Pilar 3 - Disciplina de mercado: estímulo para maior transparência na divulgação das informações ao mercado.

Os principais objetivos do Acordo são: promover a estabilidade financeira, fortalecer a estrutura de capitais das instituições, favorecer a adoção das melhores práticas de gestão de riscos e estimular maior transparência e disciplina de mercado.

O Banco Central do Brasil estabeleceu, pelo Comunicado 12.746, de dezembro de 2004, os procedimentos e o cronograma para a implementação de Basileia 2 (por etapas, com início em 2005 e previsão de conclusão em 2011). Conforme o Comunicado, as recomendações dos Pilares 2 e 3 deverão ser aplicadas a todas as instituições do sistema financeiro nacional (SFN). Quanto ao Pilar 1 ficou definido que:

- a) o Banco Central não utilizará *ratings* divulgados pelas agências externas de classificação de risco de crédito para fins de apuração do requerimento de capital;
- b) a abordagem simplificada será aplicada na maioria das instituições;
- c) a utilização de abordagem avançada, com base em sistema interno de classificação de risco, fica facultada às instituições de maior porte, com atuação internacional e participação significativa no SFN.

A implementação do Acordo de Basileia 2 permite diferenciar clientes de menor risco, impactando assim nos processos internos dos bancos bem como na sua

relação com o cliente, possibilitando redução nas taxas de juros cobradas nos empréstimos.

No entanto, ao exigir a utilização de modelos avançados de mensuração de capital, principalmente no tocante à alocação de capital para riscos operacionais e mudanças na alocação de capital para risco de crédito (Pilar 1), o acordo pode trazer impactos diversos na alocação de capital para cobertura de risco dos bancos.

Além disso, o desempenho da economia brasileira ou a alteração das regras de adequação de capital podem tornar um banco incapaz de cumprir os requisitos mínimos de adequação de capital, exigindo inclusive que limite suas operações de crédito. Dessa forma, as exigências de limites mínimos de adequação de capital, impostas pelo Acordo de Basileia, podem afetar negativamente os resultados das operações e o resultado dos bancos.

4.2.4 Sistema de Informações de Crédito

O Sistema de Informações de Crédito do Banco Central (SCR) desempenha uma função importante na garantia da estabilidade do sistema financeiro nacional. Ele possui informações detalhadas sobre o comportamento dos clientes em relação às dívidas contraídas no sistema financeiro (natureza das operações, taxas, prazos, pontualidade de pagamentos e risco do cliente) e é utilizado pelos órgãos fiscalizadores para acompanhar as carteiras de crédito das instituições financeiras. Uma vez que as instituições participantes compartilham essas informações, o SCR contribui para melhorar a gestão do crédito, ao diminuir a informação assimétrica e consequentemente a inadimplência das operações.

As informações coletadas pelo SCR são utilizadas para:

- a) fortalecer a capacidade de fiscalização do Bacen ao melhorar a capacidade de avaliar riscos e perdas da carteira de crédito das instituições financeiras;
- b) prover informações relacionadas aos devedores às demais instituições financeiras (as informações somente podem ser acessadas mediante autorização formal do cliente);

- c) preparar análises macroeconômicas e sobre o mercado de crédito.

A coleta e o compartilhamento das informações entre as instituições, bem como o respeito ao sigilo bancário dos clientes, estão embasados na Resolução 2.724 (de 2000) e na Lei Complementar 105 (de 2001). Porém a coleta de informações sobre as operações de crédito iniciou-se em maio de 2002 e a consulta às informações dos clientes iniciou-se em 2003.

A implementação e utilização do SCR atende aos interesses da sociedade ao permitir o acompanhamento do risco de crédito das instituições e contribuir para proteger os investimentos da população em poupança. Pode-se citar ainda outros benefícios do Sistema, tais como:

- a) aumento das informações para a tomada de decisão de crédito, que contribui para reduzir os riscos e aumentar a competição entre as instituições;
- b) ao conhecer melhor os tomadores de crédito, as instituições podem oferecer produtos com melhores condições (taxa e prazo) para clientes com bom histórico de pagamento;
- c) ao aumentar a competitividade do mercado de crédito e reduzir a inadimplência, o SCR contribui para a redução do *spread* bancário.

Resumidamente, pode-se afirmar que o Sistema de Informações de Crédito (SCR), ao disponibilizar informações sobre dívidas e obrigações de clientes do sistema financeiro, ajuda a reduzir a assimetria de informações existente entre os bancos e os tomadores de empréstimos. Ele permite também a fiscalização do risco da carteira de crédito das instituições financeiras pelas autoridades competentes, evitando possíveis crises bancárias sistêmicas causadas em função de má administração das instituições.

4.2.5 Crédito Consignado em Folha de Pagamento

Os funcionários dos estabelecimentos públicos e privados podem autorizar seus empregadores a descontar em folha de pagamento o valor referente a

empréstimos, financiamentos e operações de arrendamento mercantil. Os empregadores devem, por sua vez, repassar o valor descontado em folha para a instituição credora, de acordo com contrato estabelecido. Vale ressaltar que o empregador não é co-responsável pelo pagamento dos empréstimos, mas se reter o valor e não repassá-lo para a instituição, será considerado devedor principal.

Embora a concessão de empréstimos consignados em folha de pagamento para funcionários públicos federais (inclusive aposentados) existisse desde 1990, somente pela Lei 10.820, de 17 de dezembro de 2003, os funcionários de empresas privadas e ainda os aposentados e pensionistas do INSS ganharam a possibilidade de contratar essa linha de crédito.

Com exceção da Caixa Econômica Federal, que iniciou as operações de crédito consignado para aposentados e pensionistas do INSS em abril de 2004, os primeiros bancos foram autorizados a operar somente em setembro. Destaca-se que todo banco ou financeira que firme convênio com o INSS pode oferecer o crédito consignado aos aposentados e pensionistas e não somente aqueles bancos autorizados a pagar os benefícios previdenciários. Inicialmente houve grande interesse em atuar nesse segmento somente pelos bancos de menor porte; possivelmente em função dos custos operacionais, os grandes bancos não mostraram interesse pelo baixo valor médio dos empréstimos (em torno de R\$ 2 mil).

Como os bancos estão expostos ao risco de crédito das instituições (empresas públicas ou privadas e INSS) às quais os tomadores de empréstimos estão vinculados, uma vez que o pagamento dos empréstimos consignados é realizado por desconto na folha de pagamento, é possível a cobrança de taxas de juros menores se comparadas às linhas de crédito em que existe o risco de crédito do tomador do empréstimo.

A Lei 10.953, de 27 de setembro de 2004, complementou a Lei 10.820, que não era clara em algumas questões como: limites para o desconto em folha, condições que o beneficiário deveria observar e regras para a concessão de créditos para aposentados e pensionistas do INSS. Importante citar ainda que existem diversas leis estaduais e municipais que autorizam o crédito consignado aos servidores dos respectivos estados ou municípios.

A soma dos descontos facultativos, inclusive prestações de empréstimos consignados, não pode ultrapassar 30% da remuneração mensal bruta do funcionário público. Vale destacar que os descontos compulsórios, tais como imposto de renda retido na fonte, contribuição à previdência social, contribuição sindical e pensão alimentícia, têm prioridade na consignação. Já para os empregados do setor privado e também para os aposentados e pensionistas do INSS, o desconto é limitado a 30% do salário líquido. Essa limitação tem como objetivo garantir que o trabalhador consiga custear suas necessidades básicas com a parcela líquida de seu salário.

As instituições financeiras estão amparadas na irrevogabilidade da autorização concedida pelo funcionário para o desconto de empréstimos em sua folha de pagamento. A autorização somente pode ser cancelada antes do final do contrato mediante consentimento da instituição credora.

Mas a concessão de crédito consignado está sujeita à mudança nas leis, regulamentos e ainda interpretações dos tribunais ou mesmo políticas de entidades públicas. A publicação, alteração ou revogação de uma lei que resulte em proibição ou restrição dessa modalidade de empréstimo pode afetar adversamente a capacidade dos bancos de efetuar as deduções diretas e aumentar o perfil de risco das carteiras de crédito, aumentando a taxa de juros dos empréstimos e consequentemente levando a um percentual mais alto de perdas com empréstimos, podendo inclusive afetar adversamente o resultado das operações ou mesmo a situação financeira dos bancos.

Como exemplo, cita-se a Instrução Normativa expedida pelo INSS em 29 de setembro de 2005, que proíbe os aposentados e pensionistas de autorizar por telefone o desconto de pagamentos de empréstimo de seus benefícios. Outro fato ocorrido em 22 de novembro do mesmo ano também merece destaque: o INSS suspendeu por 30 dias a concessão ou renovação de autorização de desconto para a amortização de empréstimos concedidos por cartão de crédito para aposentados ou pensionistas.

Somente a partir do final de 2004 houve um expressivo aumento das operações de crédito consignado em folha de pagamento. Alguns dos fatores que contribuíram para tal fato foram:

- a) redução dos recolhimentos compulsórios sobre os recursos a prazo (conforme explanação no item 4.1.2 - “Ano de 2004”);
- b) melhor classificação do risco de crédito e consequente melhora da carteira de crédito, exigindo menos capital próprio dos bancos (a qualidade do crédito é classificada como “A” para servidores públicos federais e para aposentados e pensionistas do INSS);
- c) acordos para cessão de crédito consignado do INSS (permite que bancos pequenos com falta de recursos em virtude da perda de depósito possam transferir sua carteira de crédito para um banco parceiro);
- d) entrada de bancos autorizados a operar no mercado de consignação para aposentados e pensionistas do INSS.

4.2.6 Outras Medidas Governamentais

O governo instituiu diversas medidas durante o ano de 2006 com o objetivo de ampliar a oferta de crédito, eliminar entraves burocráticos, reduzir o *spread* bancário, minimizar a assimetria de informações, reduzir custos operacionais e aumentar a concorrência entre as instituições financeiras.

A portabilidade de crédito, que é a transferência, por solicitação do devedor, da operação de crédito que detém junto a uma instituição financeira para outra, foi regulamentada pela Resolução 3.401, de 6 de setembro. Com isso, o cliente pode buscar a instituição que oferece melhores taxas de juros, prazos e até mesmo volume de recursos, contribuindo para ampliar a competição entre as instituições.

Importante destacar que a operacionalização da portabilidade de crédito exige que a instituição financeira para a qual o crédito está migrando efetue a liquidação da operação junto à instituição de origem, diminuindo o processo burocrático. Os bancos devem ainda fixar no contrato da operação de crédito a tarifa para pagamento antecipado da dívida em caso de portabilidade. O valor da tarifa deve ser proporcional ao prazo restante da operação bem como ao seu saldo devedor.

A Resolução 2.835, de 2001, que trata da portabilidade cadastral de clientes de instituições financeiras, foi também aperfeiçoada. As instituições financeiras, quando autorizadas pelos próprios clientes, devem fornecer diretamente a terceiros as informações referentes ao seu cadastro e histórico de relacionamento (operações de crédito, nível de inadimplência, saldo médio de aplicações financeiras, entre outros).

A regulamentação das atividades das empresas que prestam o serviço de bancos de dados de proteção ao crédito (Cadastro Positivo) tem uma contribuição importante para o desenvolvimento do mercado de crédito e para o aperfeiçoamento das relações comerciais. São os principais objetivos da regulamentação:

- a) estabelecer regras claras, consistentes e equilibradas, referentes ao relacionamento das empresas que prestam o serviço com os respectivos consumidores;
- b) permitir que as empresas que prestam o serviço possam coletar informações “positivas” dos respectivos consumidores;
- c) permitir que as empresas procedam à análise das informações coletadas, facilitando com isso a própria operacionalização dessa atividade junto ao comércio.

Essas medidas contribuem significativamente para a redução da assimetria de informações ao definir que as empresas podem coletar informações positivas e não somente sobre a inadimplência, e permitindo ainda a análise das informações. Dessa forma, o cliente com bom histórico, porém com inadimplência pontual, será tratado de forma diferenciada daquele com histórico ruim.

Ainda em 2006, a Resolução 3.400, ampliou o valor máximo da garantia proporcionada pelo Fundo Garantidor de Crédito (FGC) de R\$ 20 mil para R\$ 60 mil. Esse aumento, que não ocorria desde 1995, ampliou os depósitos garantidos, permitiu aumentar a confiança dos clientes e também proporcionou melhores condições de concorrência entre as instituições. Essa resolução autorizou ainda que o conselho de administração do FGC reduzisse o percentual de contribuição das instituições associadas para 0,0125%, contribuindo para diminuir os custos de captação das instituições financeiras e, com isso, o *spread* bancário.

5 ESTRATÉGIAS DO BANCO DO BRASIL S.A.

Neste capítulo são analisadas as principais estratégias do Banco do Brasil S.A. no período compreendido entre os anos de 2003 e 2006 e que influenciaram diretamente a concessão de crédito para clientes pessoa física. A análise é feita em ordem cronológica, estudando-se os anos de 2003 até 2006 individualmente. Ao final do capítulo, apresentam-se um resumo do período e também algumas estratégias para a gestão de riscos no BB.

5.1 ANO DE 2003

A carteira de crédito do Banco do Brasil encerrou o ano de 2003 com saldo de R\$ 77,6 bilhões, considerando o conceito do Conselho Monetário Nacional, Resolução 2.682, que inclui Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil, ACC/ACE e Outros Créditos com Característica de Intermediação Financeira. Esse valor representa um crescimento de 23,4% no ano e garantiu ao Banco a liderança na concessão de crédito no país, com participação de 18,9% no sistema financeiro.

As operações com clientes da categoria pessoa física alcançaram o saldo de R\$ 13,2 bilhões no ano, com destaque para as operações de Crédito Direto ao Consumidor (CDC), que apresentaram crescimento de 15%, atingindo o volume de R\$ 7,7 bilhões. Esse fato foi impulsionado pelo aumento das operações de CDC Salário, viabilizado pelo incremento dos convênios de folha de pagamento e consequente elevação do número de clientes que recebem proventos no Banco.

Em 2003 aproximadamente 68,2% dos clientes pessoa física do Banco do Brasil possuíam contas correntes com limite de crédito (em dezembro de 2002 eram 67,9%). As operações com cheque especial finalizaram o ano com saldo de R\$ 2,1 bilhões, valor que representa crescimento de 15,3% no ano. Já o saldo das operações com cartão de crédito chegou a R\$ 1,6 bilhão, evolução de 20,1% em relação ao ano anterior. A quantidade de cartões aumentou 12,8% em relação ao ano anterior, chegando a 5,3 milhões.

Nesse ano o Banco passou a atuar em importantes segmentos do varejo com o lançamento de linhas de crédito direcionadas para o crédito pessoal e financiamento de bens e serviços, que são respectivamente:

- a) BB Crédito Consignação: linha disponibilizada para funcionários de empresas privadas (os servidores públicos eram atendidos pela linha CDC Consignação, posteriormente unificadas), encerrou o ano com R\$ 547 milhões;
- b) BB Crédito Material de Construção: linha que conta com recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) e atingiu o saldo de R\$ 132,3 milhões.

Para atender o Governo Federal quanto à inclusão bancária da população de menor renda, o Banco do Brasil criou o Banco Popular do Brasil S.A., banco múltiplo, com carteiras comercial e de crédito, financiamento e investimento, com capital inicial de R\$ 24,5 milhões. A criação de uma estrutura separada teve como objetivo adequar produtos, processos, política de crédito e custos operacionais, além de manter a prática negocial do atendimento personalizado dos diversos grupamentos de clientes.

5.2 ANO DE 2004

O Banco do Brasil encerrou o ano de 2004 com saldo de R\$ 88,6 bilhões na carteira de crédito (crescimento de 14% no ano), valor que o consolidou na liderança do mercado de crédito do país, com 18,3% de participação. Vale ressaltar que o crescimento da carteira de crédito foi acompanhado pela melhora no gerenciamento do risco de crédito.

O crédito destinado para clientes pessoa física apresentou crescimento de 21,7% em relação ao ano anterior e alcançou o saldo de R\$ 16 bilhões. O principal produto destinado para esse segmento, que é o Crédito Direto ao Consumidor (CDC), encerrou o período com quase 8 milhões de operações e saldo de R\$ 9,7 bilhões (aumento de 26,4% em relação a 2003).

Em dezembro, aproximadamente 65% dos clientes pessoa física possuíam contas correntes com limite de crédito. As operações com cheque especial finalizaram o ano com saldo de R\$ 2,2 bilhões (crescimento de 9,2% no ano). Já o saldo das operações com cartão de crédito apresentou evolução de 23%, chegando a quase R\$ 2 bilhões. A quantidade de cartões gerados aumentou para 6,9 milhões, volume que representa crescimento de 30,2%.

A linha de crédito com desconto em folha de pagamento (BB Crédito Consignação) foi impulsionada pelo convênio firmado com a União, por meio do qual o Banco pôde disponibilizar a linha para 1,3 milhão de servidores da ativa, aposentados e pensionistas do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. O saldo das operações de BB Crédito Consignação chegou a R\$ 1,5 bilhão (em dezembro de 2003 era de R\$ 547 milhões, ou seja, houve aumento de 170%), atendendo mais de 713 mil assalariados.

O BB Crédito Benefício, linha de crédito destinada aos aposentados e pensionistas do INSS, sofreu alteração de taxas, prazos e limites, passando a atender em melhores condições os clientes que são público-alvo.

Alinhado ao Governo Federal no sentido de promover a bancarização da população de menor renda, além de investir na subsidiária Banco Popular do Brasil, o Banco criou linha de crédito destinada exclusivamente para esse segmento da população. Em junho, foi criado o BB Crédito Pronto com taxa de juro de 2% a.m., prazo de 2 a 24 meses e tarifa reduzida. O saldo da linha chegou a R\$ 241 milhões em 488 mil operações. Entre as medidas para a democratização do acesso ao crédito, o Banco também abriu em 2004 cerca de um milhão de contas correntes simplificadas, isentas de tarifa e CPMF, para os aposentados e pensionistas do INSS com renda de até dois salários mínimos.

Em dezembro o Banco lançou o BB Crediário, linha de crédito que permite aos clientes com limite de crédito pré-aprovado e cartão da bandeira Visa acesso ao crédito diretamente no ponto comercial para parcelamento das compras de bens ou serviços. O Banco do Brasil consolidou no mercado esse novo conceito de

empréstimo, ampliando os pontos de acesso ao crédito, por meio dos mais de 580 mil estabelecimentos afiliados à Visanet capacitados para operar.

As linhas de crédito destinadas ao financiamento apresentaram saldo de R\$ 1,3 bilhão, destacando-se o BB Crédito Material de Construção, com 404 mil operações e saldo de R\$ 926 milhões.

O Banco adotou ainda uma iniciativa inédita no mercado bancário ao promover a oferta ativa de crédito nos terminais de autoatendimento. Ao permitir a interatividade com o cliente, a estratégia mostrou-se eficaz para alavancar os negócios e maximizar os resultados.

O Banco Popular do Brasil iniciou as atividades em âmbito nacional no segundo semestre do ano. Inicialmente foram disponibilizados conta corrente simplificada, empréstimo e recebimentos/pagamentos, além da emissão de CPF para aqueles que não possuíam e desejavam abrir conta corrente. Até o final do ano, foram abertas 1,1 milhão de contas em mais de 5 mil pontos de atendimento espalhados em 1.540 municípios. As operações de crédito alcançaram o saldo de R\$ 21,3 milhões, concedidos para 197 mil clientes.

5.3 ANO DE 2005

A carteira de crédito do Banco do Brasil atingiu o saldo de R\$ 101,8 bilhões em 2005, valor que representa acréscimo de 14,9% em relação ao ano anterior e manteve o Banco na liderança na concessão de crédito no país com 16,8% de participação no sistema financeiro. As operações com clientes pessoa física cresceram 14,7% e chegaram a R\$ 18,4 bilhões.

As operações de CDC, que atingiram o saldo de R\$ 11,9 bilhões, apresentaram crescimento de 23,7% no ano. Em 2005 aproximadamente 61% dos clientes pessoa física possuíam contas correntes com limite de crédito. As operações com cheque especial finalizaram o ano com saldo de R\$ 2,2 bilhões (queda de 0,4%). Já o saldo das operações com cartão de crédito apresentou evolução de 24,8% no ano, chegando

a R\$ 2,5 bilhões, sendo que a quantidade de cartões gerados aumentou 34,2%, passando de 6,9 milhões para 9,3 milhões.

Nesse ano algumas alterações implementadas para otimizar as linhas de crédito dos usuários de cartões de crédito contribuíram para o aumento da base de cartões e também do saldo das operações de crédito, tais como:

- a) limite único: limite de crédito compartilhado por todos os cartões de crédito do cliente de forma automática;
- b) limite parcelado: limite complementar específico para compras parceladas, desonerando o limite mensal do cliente para compras no cartão;
- c) linha de crédito para financiar a fatura: o BB Crédito Parcelado Cartão possibilita a recomposição e liberação do limite de crédito do cartão ao financiar o saldo devedor total ou parcial da fatura.

Durante o ano de 2005, o Banco firmou mais de 14 mil convênios com empregadores públicos e privados para disponibilizar empréstimo consignado em folha aos seus funcionários. Em outubro lançou ainda a linha de crédito consignado para clientes não-correntistas, tanto para aposentados e pensionistas do INSS como outros convênios. Dessa forma, a carteira de crédito consignado destacou-se nas operações de crédito, tendo chegado ao volume de R\$ 3,8 bilhões (crescimento de 158%) em 1,7 milhão de contratos.

Em 2005 o Banco também intensificou a estratégia de crédito ao consumo direto nas lojas de comércio varejista e de material de construção. Com isso, o desembolso para as linhas chegou a R\$ 637 milhões em mais de 314 mil operações.

Atendendo à exigibilidade de aplicação dos recursos captados em microcrédito, o Banco do Brasil encerrou 2005 com saldo de aproximadamente R\$ 384 milhões. O BB Crédito Pronto respondeu por 96,4% desse volume.

5.4 ANO DE 2006

O saldo da carteira de crédito do Banco do Brasil atingiu R\$ 133,2 bilhões em 2006 (aumento anual de 30,8%), e com isso o Banco encerrou o ano novamente como

líder no mercado de crédito no país, com 18,2% de participação no sistema financeiro. As operações com clientes pessoa física expandiram 30,5% no ano e alcançaram o saldo de R\$ 24 bilhões.

O crédito pessoal, composto pelo crédito direto ao consumidor (CDC) e pelos empréstimos consignados, expandiu 41,1% em 2006, chegando a quase R\$ 17 bilhões. Esse crescimento foi impulsionado principalmente pela carteira de crédito consignado, que responde por 20,5% da carteira total do Banco e por 49,1% da carteira de CDC.

O crédito consignado alcançou o saldo de R\$ 8,3 bilhões em dezembro de 2006, valor que representa crescimento de 118% e que corresponde a 17,2% de participação no mercado de crédito consignado. Vale ressaltar que os empréstimos consignados do Banco do Brasil estão concentrados nos servidores públicos (cerca de 75% da carteira). Os empréstimos para aposentados e pensionistas do INSS respondem por aproximadamente 14% da carteira e o restante com trabalhadores da iniciativa privada. No ano foram firmados 6 mil novos convênios de empréstimo consignado.

No final do ano, 53,6% dos clientes pessoa física possuíam contas correntes com limite de crédito. O saldo das operações com cheque especial chegou a R\$ 2,2 bilhões (decréscimo de 0,7% em relação ao ano anterior). Já as operações com cartão de crédito apresentaram saldo de R\$ 3,1 bilhões, valor que representa crescimento de 23,7%. A quantidade de cartões gerados também apresentou evolução, passando para 14,1 milhões de cartões (expansão de 51,6% no ano).

O saldo da carteira de financiamento de veículos passou de R\$ 188 milhões em 2005 para R\$ 894,4 milhões em 2006, valor que representa crescimento de 375,7% no ano. Esse fato foi impulsionado em razão de algumas estratégias adotadas pelo Banco:

- a) expansão do atendimento a clientes não-correntistas, viabilizado por meio da oferta da linha de crédito em concessionárias e multimarcas parceiras;
- b) convênio firmado com a Prime Prestadora de Serviços S.A. (Seminovos Localiza) para o financiamento da venda de carros usados da Localiza e suas afiliadas para correntistas e não-correntistas do Banco.

Em maio de 2006 o Banco lançou o BB Crediário Internet, linha de crédito que permite a compra de produtos novos (exceto veículos) e serviços em lojas virtuais conveniadas. Entre as empresas conveniadas, que não têm custo com o serviço, estão a TAM, GOL Linhas Aéreas, CompraFácil e o Grupo B2W, formado pelas Americanas, Submarino e Shoptime, que está entre as três maiores empresas de comércio eletrônico da América Latina.

Em 2006 o Banco disponibilizou R\$ 385 milhões para linhas de crédito para a população de menor renda. O BB Crédito Pronto foi destaque, respondendo por 97,2% do volume contratado.

Foi aprovada ainda a criação da carteira de crédito imobiliário com o objetivo de ampliar o *portfolio* de produtos de crédito e fidelizar os clientes. Porém, sua operacionalização iniciou somente no 2º semestre de 2007 em virtude da necessidade de autorização do Banco Central. Nesse ano, o Banco firmou também parceria com a Associação de Poupança e Empréstimo do Exército (Poupex). Essa parceria previa a concessão de empréstimos imobiliários para clientes do Banco a partir de fevereiro de 2007.

Durante 2006 o Banco implantou o projeto Parcerias Varejistas, que prevê a oferta de crédito para clientes de grandes redes de varejo sem a necessidade de serem correntistas. Foram firmadas 12 parcerias com empresas dos segmentos de telefonia, material de construção, brinquedos, pneumáticos, supermercados e aviação. Pelas parcerias, o Banco disponibiliza recursos para financiar as vendas do parceiro por meio de linhas de crédito (CDC) ou cartões de crédito com a marca das redes.

5.5 EVOLUÇÃO NO PERÍODO

Para finalizar o estudo sobre as estratégias do Banco do Brasil no período compreendido entre os anos de 2003 e 2006, a tabela 7 apresenta um quadro resumo da carteira de crédito e também o percentual de crescimento ocorrido entre dezembro de 2003 e dezembro de 2006.

TABELA 7 - CARTEIRA DE CRÉDITO DO BANCO DO BRASIL - 2003-2006

Carteira de Crédito (R\$ milhões)	ANO				
	dez/2003	dez/2004	dez/2005	dez/2006	Variação %
Total	77.636	88.554	101.789	133.157	71,5
Pessoa Física	13.173	16.025	18.386	23.996	82,2
Pessoa Jurídica	28.103	33.417	38.518	51.916	84,7
Agronegócios	26.864	30.036	35.708	45.064	67,7
Exterior	9.496	9.076	9.177	12.181	28,3

FONTE: Banco do Brasil

A tabela 8 mostra a participação da carteira de crédito do Banco do Brasil sobre o crédito do sistema financeiro nacional (total e pessoa física com recursos livres) e também a participação da carteira de crédito para clientes pessoa física do Banco sobre sua carteira total.

TABELA 8 - PARTICIPAÇÃO DAS CARTEIRAS DE CRÉDITO BB - 2003-2006

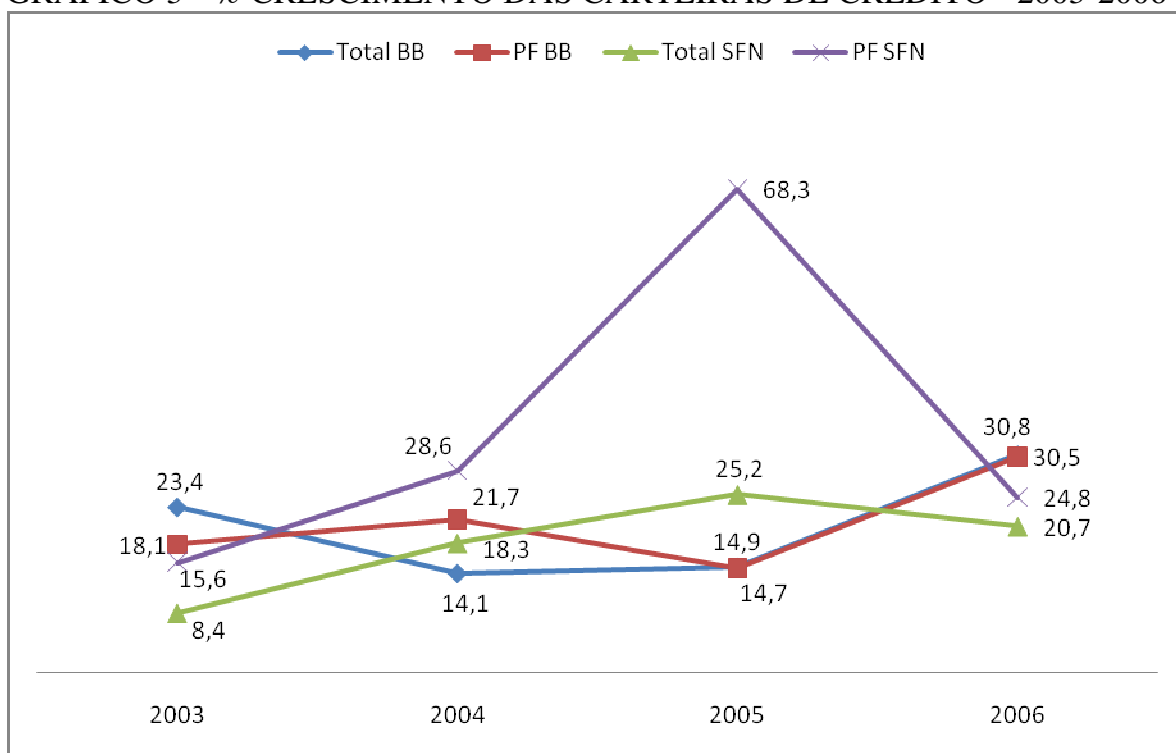
% Participação crédito	ANO			
	dez/2003	dez/2004	dez/2005	dez/2006
Total BB sobre Total SFN	18,9	18,3	16,8	18,2
PF BB sobre PF SFN - rec. livres	15,0	14,1	9,6	10,1
PF BB sobre Total BB	17,0	18,1	18,1	18,0

FONTE: Bacen e Banco do Brasil

Vale destacar que, em todo o período do estudo, o Banco do Brasil manteve-se líder na participação de crédito no mercado, inclusive no ano de 2005, em que houve redução dessa participação decorrente da reformulação das estatísticas do Banco Central. Outro fato observado é que a participação da carteira de crédito para clientes pessoa física na carteira total do Banco apresentou crescimento em 2004, mantendo-se estável nos anos seguintes.

O gráfico 3 apresenta um comparativo entre o percentual de crescimento da carteira de crédito total do Banco do Brasil, da carteira de crédito para clientes pessoa física do BB, da carteira de crédito total do sistema financeiro nacional (SFN) e da carteira de crédito PF com recursos livres do SFN no mesmo período.

GRÁFICO 3 - % CRESCIMENTO DAS CARTEIRAS DE CRÉDITO - 2003-2006



FONTE: Banco do Brasil

Pela análise do gráfico, pode-se verificar que, com exceção do ano de 2005, o crescimento da carteira de crédito para clientes pessoa física do Banco do Brasil sempre foi superior ao da carteira de crédito total do SFN. Vale destacar que a grande expansão da carteira de crédito PF com recursos livres do SFN, observada nesse ano, deve-se ao fato de as estatísticas do Banco Central terem sido reformuladas, conforme já mencionado, passando a incluir as informações das cooperativas de crédito.

Nos anos de 2005 e 2006, o crescimento das carteiras total e pessoa física do Banco esteve muito próximo, sendo que a expansão da carteira de crédito total superou a da carteira de crédito para clientes da categoria pessoa física. Somente em 2004 a evolução da carteira de crédito para pessoa física superou, e significativamente, a carteira de crédito total do Banco. Nesse ano ocorreu um expressivo aumento das operações de crédito consignado (crescimento de 170%), impulsionado pela Lei 10.820, de 17 de dezembro de 2003, que possibilitou aos funcionários de empresas privadas e aos aposentados e pensionistas do INSS a contratação dessa linha de crédito.

A tabela 9 apresenta a composição da carteira de crédito para clientes pessoa física do Banco entre os anos de 2003 e 2006 e também a evolução ocorrida no período.

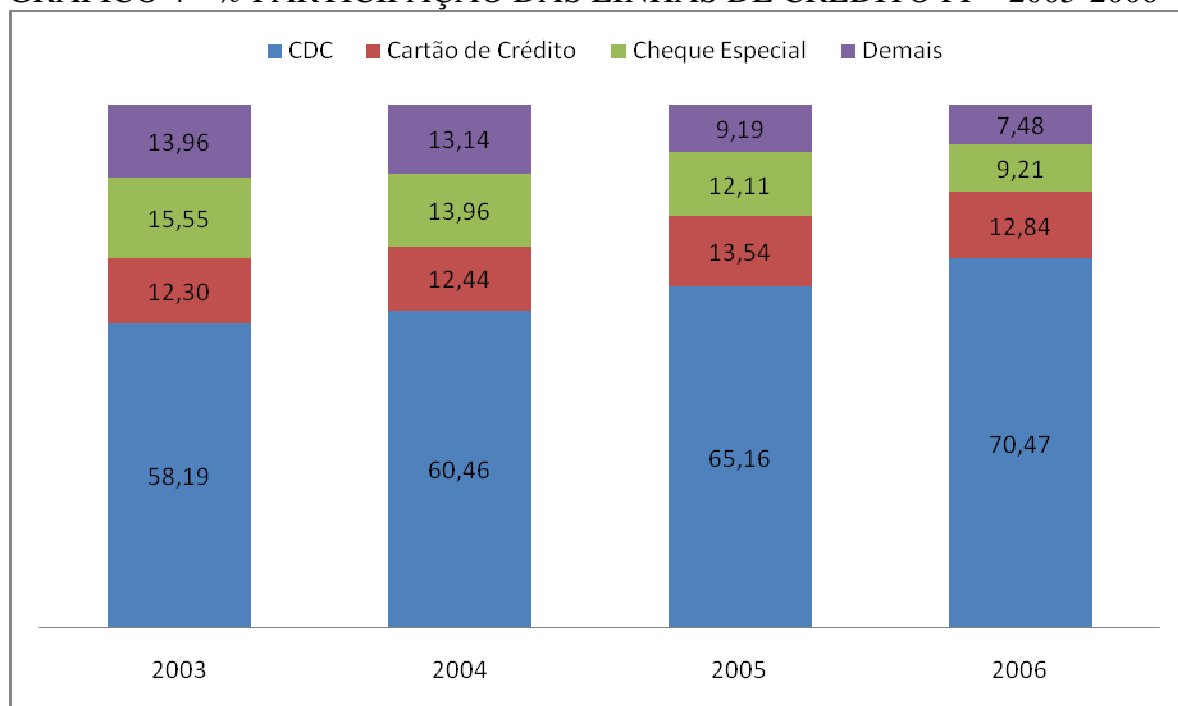
TABELA 9 - CARTEIRA DE CRÉDITO PF DO BANCO DO BRASIL - 2003-2006

Carteira de Crédito PF (R\$ milhões)	ANO				
	dez/2003	dez/2004	dez/2005	dez/2006	Variação %
Total	13.173	16.025	18.386	23.996	82,2
CDC	7.666	9.688	11.981	16.909	120,6
Cartão de Crédito	1.620	1.994	2.489	3.080	90,1
Cheque Especial	2.048	2.237	2.227	2.211	8,0
Demais	1.839	2.106	1.689	1.796	-2,3

FONTE: Banco do Brasil

O gráfico 4 complementa a tabela 9, apresentando o percentual de participação das linhas de crédito na carteira de crédito para clientes pessoa física do Banco no mesmo período.

GRÁFICO 4 - % PARTICIPAÇÃO DAS LINHAS DE CRÉDITO PF - 2003-2006



FONTE: Banco do Brasil

Analisando a tabela 9 e o gráfico 4, pode-se verificar um expressivo aumento no volume contratado de CDC. Esse fato deve-se em grande parte à evolução da carteira de crédito consignado, que se expandiu aproximadamente 1.417% no período (em 2003 o saldo era de R\$ 547 milhões e ao final de 2006 chegou a R\$ 8,3 bilhões). Vale destacar que as estratégias adotadas pelo Banco em 2006 para a carteira de financiamento de veículos (crescimento de quase 376% no ano, o saldo passou de R\$ 188 milhões em 2005 para R\$ 894 milhões em 2006) também contribuíram para a evolução da carteira de CDC.

No próximo tópico será abordada a gestão de riscos no Banco do Brasil, apresentando algumas estratégias adotadas para contornar as adversidades econômico-financeiras. Vale destacar que esse assunto é de suma importância, mas devido ao objetivo do trabalho, será apenas apresentado de forma resumida.

5.6 A GESTÃO DE RISCOS NO BANCO DO BRASIL

Como estratégia para lidar com as condições econômico-financeiras, o Banco do Brasil implementou o seu modelo próprio de Gestão de Riscos. O modelo contempla todos os dispositivos legais e regulamentares dos órgãos reguladores, inclui categorias não exigidas e implementa níveis de segregação superiores aos recomendados pelos normativos vigentes. Destacam-se as seguintes ações:

- a) estabelecimento de prerrogativas para a gestão do processo de implantação de Basileia 2;
- b) revisão do limite de exposição cambial do conglomerado do Banco;
- c) revisão do limite de Valor em Risco (*Value at Risk* – VAR) para as operações expostas ao risco de taxas prefixadas de juros;
- d) revisão para o indicador Disponibilidade de Recursos Livres (DRL);
- e) transferência dos riscos de mercado e liquidez das subsidiárias integrais para o Banco Múltiplo;
- f) estabelecimento do limite global de perdas operacionais para o Banco Múltiplo;

- g) limite de perda operacional para os canais de autoatendimento;
- h) estabelecimento de limites macrossetoriais;
- i) implantação da Frequência Esperada de Inadimplência (FEI) ou Probabilidade de Default (PD), para atender as prerrogativas do Novo Acordo de Basileia no que diz respeito à adoção de modelos internos de avaliação e mensuração dos riscos para cálculo da exigência de capital.

Vale ressaltar ainda que, para avaliar as categorias de riscos (crédito, mercado, liquidez e operacional) e definir as estratégias para o Banco, foi instituído o Comitê de Risco Global (CRG). Esse Comitê, composto pelo Conselho Diretor, diretores e executivos de diversas áreas, é responsável pelas decisões sobre as questões relacionadas ao gerenciamento de riscos do Banco e de suas subsidiárias integrais.

6 CONCLUSÃO

As instituições financeiras, ao realizar a intermediação de recursos entre poupadores e tomadores, contribuem para o desenvolvimento econômico do país. Essa contribuição pode ser ampliada quando as instituições exercem as funções do sistema financeiro que promovem a redução da fricção do mercado, que conforme LEVINE e DEMIRGÜÇ-KUNT (2008) são: produzir informações antes da liberação do crédito, monitorar a utilização do crédito liberado, aperfeiçoar/gerenciar o risco de crédito, mobilizar recursos e facilitar a troca de bens e serviços.

O sistema financeiro brasileiro passou por mudanças, principalmente a partir de 1994, com a implementação do Plano Real, que gerou uma relativa estabilidade econômica no país. As receitas dos bancos que até então eram originadas, na sua maioria, de ganhos com a inflação (*float*), passaram a vir de ganhos com intermediação financeira (*spread*) e das tarifas pela prestação de serviços.

Além disso, diversas mudanças ocorreram no cenário financeiro: criação do Sistema de Informações de Crédito (SCR) do Bacen, o Novo Acordo de Basileia (Basileia 2), a adesão das instituições financeiras ao Novo Mercado, fusões e aquisições de bancos, regulamentação dos empréstimos com desconto em folha de pagamento, redução da Taxa Média Selic (TMS), entre outras.

A melhoria das condições macroeconômicas, o fim dos ganhos inflacionários e a confiança do setor financeiro no crescimento econômico do país contribuíram para a redução da informação assimétrica e do risco de crédito, proporcionando a redução das taxas de juros no Brasil, contribuindo para a expansão do crédito. Esses fatos consequentemente proporcionaram maior competitividade entre as instituições financeiras, contribuindo para a melhoria da eficiência do setor, que vem investindo em automação e melhoria de processos operacionais a fim de reduzir os custos administrativos e obter ganhos de escala.

Outro fato observado foi a procura dos clientes por conveniência e comodidade. Dessa forma, as instituições também realizaram mais investimentos em estruturas de atendimento e evolução dos canais alternativos de atendimento.

Com o acirramento da concorrência e a redução dos *spreads*, o Banco do Brasil S.A. (BB) procurou reverter a tendência de elevação dos custos para não se distanciar dos níveis de eficiência das instituições privadas do país. A concorrência pode afetar negativamente os resultados e a situação econômica do Banco. Como exemplo, cita-se que alguns concorrentes se adiantaram em aumentar seus *portfolios* de créditos para o consumidor e formaram *joint-ventures* com varejistas e outros parceiros.

Mesmo num cenário de queda da taxa de juros, o Banco do Brasil conseguiu manter seu *spread* pelo fortalecimento do crédito voltado para o mercado varejo, garantido pela diversificação dos produtos, agilidade no atendimento aos clientes, expressiva rede de atendimento e pela marca forte. Vale destacar que o Banco tem acesso a fontes menos onerosas de recursos, como a poupança e o depósito à vista.

Importante ressaltar também que a redução da quantidade de instituições financeiras autorizadas a funcionar (167 em 2002 e 159 em 2006), ao mesmo tempo em que houve um aumento da população economicamente ativa (que passou de 86 milhões de pessoas em 2002 para 96 milhões em 2005), possibilita às instituições financeiras aumentar sua participação no mercado de crédito e também o saldo total das operações.

O Banco do Brasil encerrou o ano de 2006 como a maior instituição financeira do país, líder em diversos segmentos: base de correntistas, rede própria de atendimento, ativos, administração de recursos de terceiros, volume de depósitos totais, câmbio exportação e também na carteira de crédito.

Nos últimos anos, a carteira de crédito do Banco cresceu em níveis superiores aos do mercado financeiro brasileiro. A carteira de crédito total do Banco ultrapassou R\$ 133 bilhões, número que representa um crescimento superior a 111% entre janeiro de 2003 e dezembro de 2006. Já o sistema financeiro nacional (SFN) expandiu aproximadamente 93% no mesmo período. O Banco consolidou-se novamente líder no mercado de crédito no país em 2006, com 18,2% de participação no sistema financeiro.

A carteira de crédito do Banco apresentou também melhora no risco de crédito no período. Parte da melhoria pode ser atribuída à expansão das operações de crédito consignado, que apresentam menor nível de risco. Além disso, a partir de 2005, para melhorar o retorno dos capitais emprestados e preservar a base de clientes, o processo de cobrança e recuperação de créditos foi aprimorado. Entre as medidas, destacam-se: o reescalonamento automático de crédito nos terminais de autoatendimento e na Internet; o treinamento de funcionários para recuperação de créditos; e a mudança do foco de cobrança com “visão produto” para “visão cliente”, com definição de estratégias direcionadas ao perfil de cada cliente e ao seu histórico de relacionamento com o BB.

O Banco do Brasil promoveu uma série de ações com o objetivo de, não somente manter a liderança na concessão de crédito, mas também ampliar a participação no mercado. Algumas das principais estratégias dos últimos anos foram: atuação no segmento do crédito consignado, automatização na concessão de crédito, entrada no segmento de financiamento de veículos e no crédito imobiliário e também a constituição de parcerias com redes varejistas, além do aperfeiçoamento e da criação de mais linhas de crédito para os segmentos pessoa física, pessoa jurídica, governo e agronegócios.

Da mesma forma, a carteira de crédito para os clientes da categoria pessoa física, que apresentava um volume de R\$ 11 bilhões em janeiro de 2003, aumentou 118% até dezembro de 2006, alcançando R\$ 24 bilhões. Isso foi possível em virtude de algumas estratégias adotadas pelo Banco, entre elas a ampliação das linhas de crédito e melhorias das condições daquelas já existentes. As modalidades que registraram os melhores desempenhos apresentavam garantia real e, portanto, menores taxas de juros. Destacaram-se o crédito consignado e o financiamento de veículos. O crédito direto ao consumidor (CDC), que pode ser contratado pelos canais alternativos de atendimento, como a Internet, telefone e terminais de autoatendimento, e combina baixo custo operacional com pulverização do crédito, também contribuiu para a expansão da carteira de crédito do Banco.

Importante destacar que a melhoria das condições macroeconômicas brasileiras, conforme mencionado anteriormente, também contribuiu para modificar o cenário da concessão de crédito no país e no Banco do Brasil. A estabilidade permitiu às pessoas realizar planos financeiros de médio e longo prazos, possibilitando assumir uma prestação mensal para aquisição de bens de consumo, automóveis ou casa própria.

Em dezembro de 2007, a carteira de crédito do Banco atingiu R\$ 160,7 bilhões (crescimento de 20,7% no ano), consolidando-o líder na concessão de crédito no país, com 16% de participação nas operações do sistema financeiro nacional. Nesse ano, a evolução da carteira do Banco foi inferior à do SFN (27,3%) em função da redução do crescimento da carteira de agronegócios, que corresponde a cerca de 32% da carteira de crédito total do Banco, e também da redução da carteira de comércio exterior, em virtude da valorização do real frente ao dólar.

No ano de 2007, para a carteira de crédito, o Banco adotou a estratégia de focar produtos para clientes pessoa física, como o CDC Veículos, Crédito Consignação e Cartão de Crédito. Em dezembro, foi lançada também a linha de financiamento imobiliário com recursos próprios, inicialmente para clientes do Estado de São Paulo (a linha foi expandida para todo o país em 2008).

Com foco na sustentabilidade econômica da empresa e crescimento dos negócios, o Banco do Brasil busca sempre desenvolver novos produtos de crédito, assim como aperfeiçoar linhas já disponíveis para atender a demanda dos clientes. Além disso, ele vem ampliando também suas estratégias para o público de não-correntistas, firmando novas parcerias para o financiamento ao consumo por meio de cartões de crédito e empréstimos consignados.

Pode-se afirmar que de acordo com a classificação das estratégias genéricas para que as instituições possam fazer frente às cinco forças competitivas, apresentadas por PORTER (1991), o Banco do Brasil, de certa forma, utilizou todas no período do estudo. A estratégia da liderança no custo total foi utilizada ao oferecer a contratação das linhas de crédito nos canais alternativos de atendimento, como a Internet e os terminais de autoatendimento. A estratégia da diferenciação aconteceu através da marca do Banco. Já a estratégia do enfoque foi utilizada com os clientes de

melhor poder aquisitivo, oferecendo taxas de juros diferenciadas. Vale ressaltar, no entanto, que o Banco não utilizou todas as estratégias ao mesmo e para os mesmos produtos, que, conforme PORTER (1991), pode ser arriscado para a empresa.

Para finalizar, vale resgatar novamente a evolução ocorrida no cenário macroeconômico brasileiro no período do estudo. O mercado de trabalho apresentou melhora, com geração recorde de emprego formal, redução da taxa de desemprego e evolução dos salários. A evolução do mercado de trabalho impulsionou o mercado de crédito, que também apresentou melhora no desempenho, com redução da taxa básica de juros e aumento dos prazos. Esses fatos contribuíram para a expansão da participação do crédito no PIB, no entanto, conforme já mencionado, se comparado com países desenvolvidos e em desenvolvimento, o volume do crédito em relação ao PIB é muito baixo no Brasil.

Dessa forma, sugere-se para estudos posteriores, um aprofundamento das questões ligadas à expansão do crédito no Brasil, como por exemplo, os motivos da baixa participação do crédito no PIB e uma análise para identificar se a evolução apresentada nos últimos anos vai continuar acontecendo e em que proporções.

BIBLIOGRAFIA

ABREU, M. de P. (Org.). *A ordem do progresso: cem anos de política econômica republicana 1889-1989*. Rio de Janeiro: Elsevier, 1990.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. *Relatório anual 2002*. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br>> Acesso em: 18 ago. 2007.

_____. *Relatório anual 2003*. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br>> Acesso em: 18 ago. 2007.

_____. *Relatório anual 2004*. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br>> Acesso em: 18 ago. 2007.

_____. *Relatório anual 2005*. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br>> Acesso em: 18 ago. 2007.

_____. *Relatório anual 2006*. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br>> Acesso em: 18 ago. 2007.

_____. *Relatório anual 2007*. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br>> Acesso em: 11 jan. 2009.

_____. *Relatório de economia bancária e crédito 2005*. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br>> Acesso em: 5 ago. 2007.

_____. *Sistema de informações de crédito do Banco Central - SCR*. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br>> Acesso em: 12 fev. 2008.

_____. *Sistema financeiro nacional*. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br>> Acesso em: 18 ago. 2007.

BANCO DO BRASIL. *Introdução ao processo de crédito*. Brasília, 2004.

_____. *Prospecto preliminar de distribuição pública secundária de ações ordinárias de emissão do Banco do Brasil*. Disponível em: <<http://www.bb.com.br>> Acesso em: 11 dez. 2007.

_____. *Relatório anual 2002*. Disponível em: <<http://www.bb.com.br>> Acesso em: 25 ago. 2007.

_____. *Relatório anual 2003*. Disponível em: <<http://www.bb.com.br>> Acesso em: 25 ago. 2007.

_____. *Relatório anual 2004*. Disponível em: <<http://www.bb.com.br>> Acesso em: 25 ago. 2007.

_____. *Relatório anual 2005*. Disponível em: <<http://www.bb.com.br>> Acesso em: 25 ago. 2007.

_____. *Relatório anual 2006*. Disponível em: <<http://www.bb.com.br>> Acesso em: 25 ago. 2007.

_____. *Relatório anual 2007*. Disponível em: <<http://www.bb.com.br>> Acesso em: 11 jan. 2009.

_____. *Telecurso de economia básica*. Brasília, 2002.

BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO. *Libertar o crédito: como aprofundar e estabilizar o financiamento bancário*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

BANCO REAL. *Relatório anual 2006*. Disponível em: <<http://www.bancoreal.com.br>> Acesso em: 31 maio 2008.

BRADESCO. *Relatório anual 2006*. Disponível em: <<http://www.bradesco.com.br>> Acesso em: 31 maio 2008.

CARVALHO, F. de. et al. *Economia monetária e financeira: teoria e política*. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SÓCIOECONÔMICOS. *Uma análise da margem de ganho dos bancos*. Disponível em: <<http://www.dieese.org.br>> Acesso em: 13 fev. 2008.

GOLDSMITH, R. W. *Brasil 1850-1984: desenvolvimento financeiro sob um século de inflação*. São Paulo: Harper & Row do Brasil, 1986.

GREMAUD, A. P.; VASCONCELLOS, M. A. S. de; TONETO JÚNIOR, R. *Economia brasileira contemporânea*. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

HILLBRECHT, R. *Economia monetária*. São Paulo: Atlas, 1999.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Pesquisa nacional por amostra de domicílios*. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>> Acesso em: 25 nov. 2006.

ITAÚ. *Relatório anual 2006*. Disponível em: <<http://www.italu.com.br>> Acesso em: 31 maio 2008.

LEVINE, R.; DEMIRGÜÇ-KUNT, A. *Finance, financial sector policies, and long-run growth*. Disponível em: < <http://ideas.repec.org/p/wbk/wbrwps/4469.html> > Acesso em: 16 set 2008.

LOPES, J. do C.; ROSSETTI, J. P. *Economia monetária*. 6. ed. São Paulo: Atlas, 1995.

MISHKIN, F. S. *Moedas, bancos e mercados financeiros*. 5. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2000.

MOURA, R. F. *O setor bancário privado no Brasil: um enfoque institucional*. Rio de Janeiro, 1996. Dissertação (Mestrado em Administração) - COPPEAD, Universidade Federal do Rio de Janeiro.

PAULA, J. B. de. *Desenvolvimento financeiro e baixa eficiência no processo de acumulação de capital: um estudo sobre o caso dos bancos privados no Brasil na perspectiva pós-keynesiana*. Curitiba, 2007. 362 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Econômico) - Setor de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Paraná.

PORTER, M. E. *Estratégia competitiva: técnicas para análise de indústrias e da concorrência*. 7. ed. Rio de Janeiro: Campus, 1991.

QUINN, J. B. Estratégias para mudança. In: MINTZBERG, H.; QUINN, J. B. *O processo da estratégia*. 3. ed. Porto Alegre: Bookman, 1998.

SANDRONI, P. *Dicionário de administração e finanças*. São Paulo: Best Seller, 2003.

SILVA, J. P. da. *Análise de decisão de crédito*. São Paulo: Atlas, 1993.

UNIBANCO. *Relatório anual 2006*. Disponível em: <<http://www.unibanco.com.br>> Acesso em: 31 maio 2008.